

**ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
ESCOLA MARECHAL CASTELLO BRANCO**

Maj Art GUILHERME TASSO DANTAS SANFELICE

**As interferências externas no Regime de Bashar al-
Assad e suas contribuições para o prolongamento
da Guerra Civil na Síria**



Rio de Janeiro

2018

Maj Art GUILHERME TASSO DANTAS **SANFELICE**

**As interferências externas no Regime de Bashar
al-Assad e suas contribuições para o prolongamento
da Guerra Civil na Síria**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Escola de Comando e
Estado-Maior do Exército, como
requisito parcial para a obtenção do
título de Especialista em Ciências
Militares.

Orientador: Ten Cel Inf José Roberto de Vasconcellos Cruz

Rio de Janeiro
2018

S194i Sanfelice, Guilherme Tasso Dantas

As interferências externas no Regime de Bashar al-Assad e suas contribuições para o prolongamento da Guerra Civil na Síria. /Guilherme Tasso Dantas Sanfelice. - 2018.
62 f.: il ; 30cm.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares) - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2018.

Bibliografia: f. 59-61.

1. Síria. 2. Guerra Civil. 3. Interferências externas. I. Título.

CDD 355

Maj Art GUILHERME TASSO DANTAS **SANFELICE**

As interferências externas no Regime de Bashar al-Assad e suas contribuições para o prolongamento da Guerra Civil na Síria

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Ciências Militares.

Aprovado em ____ de ____ de 2018.

COMISSÃO AVALIADORA

JOSÉ ROBERTO DE VASCONCELLOS CRUZ – Ten Cel Inf – Presidente
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

HARYAN GONÇALVES DIAS – Ten Cel Art - Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

FRANCISCO EDUARDO FERNANDES HENN – Maj Art - Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

À minha amada esposa Kelly e
filha Beatriz uma justa
homenagem pelo apoio
incondicional, amor e carinho
dispensados a mim em todos os
momentos de minha vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelas bênçãos derramadas em minha vida e por ter me concedido saúde e sabedoria para a consecução de mais este objetivo.

À minha amada esposa Kelly, verdadeira guerreira, pelo amor que me dedica e pelo apoio incondicional. Obrigado pela compreensão, amizade, companheirismo e pela revisão ortográfica do trabalho. Você foi fundamental nessa caminhada.

À minha amada filha Beatriz, por diariamente renovar minhas forças e por ser minha principal fonte de inspiração. Obrigado por tudo o que você representa para o papai.

Minha eterna gratidão aos meus pais, Marcos e Ivany, pela educação exigente que moldou o meu caráter, e pelos exemplos de amor, retidão e responsabilidade.

Ao Exército Brasileiro e à Escola de Comando e Estado-Maior, pela oportunidade de ampliar e consolidar meus conhecimentos.

Ao meu orientador, Tenente Coronel Cruz, pelas orientações sempre seguras e precisas. Seu vasto conhecimento do assunto e inestimável apoio foram fundamentais para a conclusão desse trabalho.

Por fim, meu muito obrigado a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para que este momento se concretizasse.

RESUMO

A Guerra Civil da Síria é considerada a maior tragédia humanitária deste século. Com mais de 7 anos de duração, já fez mais de 400 mil mortos e obrigou mais de 5 milhões de sírios a se refugiarem em outros países.

O confronto iniciado em 2011, entre o governo local e os rebeldes insurgentes, ganhou grandes proporções, arrastando potências regionais e globais para o conflito. Assim, a presença de inúmeros atores, com interesses divergentes, vem transformando a Guerra da Síria em um complexo xadrez geopolítico. No âmbito interno, lutando entre si, estão presentes o governo Sírio, liderado por Bashar al-Assad, os rebeldes sunitas, os grupos terroristas e os Curdos. No âmbito externo, estão presentes a Rússia, o Irã e o grupo libanês Hezbollah, dando suporte ao Bashar al-Assad, visando a manter sua influência na região e fortalecer o ramo xiita no Oriente Médio. Contra o Regime de Bashar al-Assad, aparecem os Estados Unidos da América, os aliados ocidentais, a Arábia Saudita e a Turquia, apoiando os rebeldes sunitas e lutando contra o Estado Islâmico. Permeando esse conflito, encontra-se a Organização das Nações Unidas incapaz de solucionar o problema, uma vez que as sanções ao governo sírio são sistematicamente barradas por Rússia e China, países com poder de veto.

Nesse contexto, observou-se que o atual sistema de governança global se mostra ineficaz diante do complexo jogo de interesses das potências regionais e globais envolvidas no conflito. Diante desse cenário, o estudo buscou estabelecer uma relação entre as interferências externas na guerra síria, detalhando o posicionamento de cada ator, com o prolongamento do conflito.

Palavras-chave: Síria; guerra civil; interferências externas.

ABSTRACT

The Syrian Civil War is considered the greatest humanitarian tragedy of this century. With more than 7 years of duration, it has already killed more than 400,000 people and forced more than 5 million Syrians to flee from their countries.

The confrontation that began in 2011, involving local government and insurgent rebels, gained large proportions, dragging regional and global powers into the conflict. Thus, the presence of countless actors, with divergent interests, has been transforming the Syrian War into a complex geopolitical chess game. Internally, fighting each other, the Syrian government, led by Bashar al-Assad, the Sunni insurgents, the terrorist groups and the Kurds are present. Outside, Russia, Iran and the Lebanese Hezbollah group supporting Bashar al-Assad are present in order to maintain their influence in the region and strengthen the Shia branch in the Middle East. Against the Bashar al-Assad regime, the United States of America, the Western allies, Saudi Arabia and Turkey appear, supporting the Sunni insurgents and fighting against the Islamic State. Permeating this conflict, the United Nations is unable to solve the problem, since sanctions on the Syrian government are systematically blocked by Russia and China, countries with veto power.

In this context, it has been observed that the current system of global governance is ineffective in view of the complex set of interests of the regional and global powers involved in the conflict. Considering this scenario, the study sought to establish a relationship between external interference in the Syrian War, detailing the position of each actor, with the prolongation of the conflict.

Keywords: Syria; civil war; external interference.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Território do Império Otomano em 1680	18
Figura 2	Território da Síria pós independência	19
Figura 3	Diagrama de relações da Guerra na Síria	23
Figura 4	Controle militar sobre a Síria	25
Figura 5	Estrutura política e militar da oposição	27
Figura 6	Relação entre Curdos, Turquia e Estado Islâmico	33
Figura 7	Região síria ocupada pelos Curdos	34

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
1.1	PROBLEMA.....	12
1.2	OBJETIVOS.....	13
1.2.1	Objetivo Geral	13
1.2.2	Objetivos Específicos	13
1.3	JUSTIFICATIVA DA PESQUISA.....	14
2	REFERENCIAL METODOLÓGICO	15
3	A REPÚBLICA ÁRABE DA SÍRIA	17
4	FORÇAS INTERNAS NO CONFLITO	22
4.1	GOVERNO DE BASHAR AL-ASSAD.....	23
4.2	GRUPOS REBELDES.....	26
4.3	GRUPOS EXTREMISTAS ISLÂMICOS.....	29
4.4	CURDOS	33
5	INTERFERÊNCIAS EXTERNAS NO CONFLITO	36
5.1	FRENTE DE OPOSIÇÃO AO BASHAR AL-ASSAD.....	39
5.1.1	Estados Unidos da América e Aliados Ocidentais	39
5.1.2	Arábia Saudita	41
5.1.3	Turquia	43
5.2	FRENTE ALIADA AO BASHAR AL-ASSAD.....	45
5.2.1	Rússia	45
5.2.2	Irã	48
5.2.3	Hezbollah	50
5.3	ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS.....	52
6	CONCLUSÃO	55
	REFERÊNCIAS	59

1 INTRODUÇÃO

A Guerra Civil da Síria é considerada a maior tragédia humanitária deste século. “Segundo estimativas da Organização das Nações Unidas (ONU), a guerra já fez mais de 400 mil mortos e obrigou cerca de 5 milhões de sírios a se refugiarem em outros países” (VASCONCELOS, 2017, p.49).

A República Árabe da Síria se localiza no Oriente Médio, sendo banhada a oeste pelo Mar Mediterrâneo e fazendo fronteira a norte com a Turquia, a leste com o Iraque, a sul com a Jordânia e a oeste com o Líbano. O país, considerado o berço da civilização, se caracteriza pela heterogeneidade étnica e religiosa de seu povo. Os diversos grupos étnicos que habitam o país, aliados à diversidade religiosa, tornam o país um campo fértil para a ocorrência de conflitos.

Desde 1963, a Síria vive um regime de exceção, onde as garantias constitucionais que protegem a população estão suspensas. O autoritarismo da família Assad, presente no governo sírio desde 1970, expôs o país ao contexto da Primavera Árabe. “A Primavera Árabe foi a onda de protestos populares que atingiu vários países do Oriente Médio e do norte da África no início de 2011, provocando a queda de ditadores na Tunísia, no Egito, na Líbia e no Iêmen” (VASCONCELOS, 2017, p.49).

A repressão de Bashar al-Assad aos levantes populares, somados à insatisfação com a corrupção governamental e com o elevado índice de desemprego, foi o estopim para a conflagração do conflito entre os rebeldes e o governo sírio, em março de 2011.

De acordo com Furtado, Roder e Aguilar (2014), as concessões feitas pelo presidente Bashar al-Assad - encerrando o estado de emergência que durava 48 anos, aprovando uma nova Constituição e realizando eleições multipartidárias - não foram suficientes para impedir que a oposição continuasse combatendo e exigindo sua queda.

Em pouco tempo, os rebeldes passaram a lutar pelo domínio de territórios e pela deposição de Bashar al-Assad. Aliada às questões políticas e territoriais, o conflito adquiriu um novo perfil: “a disputa adquiriu contornos sectários, opondo muçulmanos sunitas (maioria da população síria) a alauítas, ramo do islamismo xiita ao qual pertence Assad” (VASCONCELOS, 2017, p.50). Assim, o caráter religioso do confronto trouxe potências regionais e atores não estatais para o conflito, dando-

lhe uma nova dimensão. Em pouco tempo, alcançou uma escala global, envolvendo grandes potências com interesses antagônicos.

Com mais de 7 anos de duração, a Guerra da Síria se caracteriza pelo envolvimento de diversos atores internacionais. O ator internacional é definido como “a autoridade, a organização, o grupo e, inclusive, no limite, toda pessoa capaz de desempenhar uma função no campo internacional. Ter uma função consiste em tomar uma decisão e exercer influência sobre os detentores do poder” (DIAS, 2010, p.62). O presente estudo adotará o ator internacional como aquela unidade cujo comportamento ou ação impacta a vida internacional, incluindo, por exemplo, os grupos religiosos, os partidos e sindicatos internacionais, os grupos assistenciais, os membros do G-20 e G-8, a FIFA, o CSNU e grupos terroristas como Al-Qaeda e EI. “Há uma enorme variedade e pluralidade de atores, e todos têm como característica geral que a ação que realizam ultrapassa, em significado e importância, as fronteiras nacionais, ou seja, é identificada pela sua transnacionalidade” (DIAS, 2010, p.61).

Nesse contexto é possível identificar os inúmeros atores internacionais presentes na Guerra da Síria, cada um com seus interesses. De acordo com Martins (2015), a região do Oriente Médio, historicamente, tem se apresentado como área de interesse internacional, pois, além de apresentar importância geopolítica, é detentora da maior parte das reservas mundiais de petróleo, tão importantes para a economia das grandes potências. Assim, o confronto iniciado em 2011, entre o governo local e os rebeldes insurgentes, ganhou grandes proporções, arrastando potências regionais e globais para o conflito. A presença de diferentes atores internacionais, alguns com protagonismo no cenário internacional, tem abalado a sociedade internacional.

Assim, a participação desses atores de relevância no cenário internacional e com interesses divergentes transformou a Guerra da Síria em um complexo xadrez geopolítico. “Na história conturbada do Oriente Médio, é difícil encontrar um conflito mais complexo do que a atual guerra civil na Síria” (ALBERO, 2016, p.2).

De um lado, está o Governo Sírio, liderado por Bashar al-Assad. Os rebeldes sunitas formam a oposição, sendo o Exército Livre da Síria a força organizada de maior expressão. Uma terceira força é representada pelos grupos terroristas do Estado Islâmico e da Frente de Combate do Levante, braço da Al Qaeda. Por fim, os Curdos lutam para se estabelecerem como Estado em territórios na Síria e em países vizinhos.

A disputa interna se tornou mais complexa com a entrada de potências regionais e globais. A Rússia, o Irã e o grupo libanês Hezbollah dão suporte a Bashar al-Assad, visando a manter sua influência na região e fortalecer o ramo xiita no Oriente Médio. Os Estados Unidos da América, os aliados ocidentais, a Arábia Saudita e a Turquia apoiam os rebeldes sunitas contra o Regime de Bashar al-Assad, além de lutarem contra o grupo terrorista Estado Islâmico. Essa dinâmica de suporte se dá, principalmente, pelo empoderamento das forças apoiadas, o que convencionou-se chamar de guerra por procuração. “Nos centros de instrução militar do Ocidente, a Guerra da Síria é usada como exemplo de guerra por procuração, uma guerra por delegação em que várias potências se enfrentam indiretamente através de terceiros” (ALBERO, 2016, p.3).

Permeando esse conflito, encontra-se a Organização das Nações Unidas incapaz de solucionar o problema. “As tentativas dos EUA e de seus aliados de imporem sanções ao governo sírio por meio do Conselho de Segurança da ONU foram sistematicamente barradas por Rússia e China, países com poder de veto” (VASCONCELOS, 2017, p.52).

Observa-se, atualmente, que a principal característica da sociedade internacional e seus inúmeros atores é a ausência de um poder político centralizado, coercitivo, e capaz de fazer valer as regras e normas estabelecidas. “A sociedade internacional é complexa e anárquica. Vários são os fatores que influenciam diretamente no seu ordenamento” (JUNIOR E MATOS, 2006, p.71).

Nesse contexto, pode-se inferir que as interferências externas na Guerra da Síria têm paralisado qualquer possibilidade de paz na região. Os interesses divergentes dos inúmeros atores envolvidos tornam o conflito ainda mais complexo e de difícil solução. Assim, esta pesquisa busca compreender como essas interferências externas, regionais e globais, têm contribuído para o prolongamento da Guerra Civil na Síria.

1.1 O PROBLEMA

É no contexto acima descrito que surge a problemática da pesquisa que ora se desenvolve: As interferências externas no Governo de Bashar al-Assad vêm contribuindo para o prolongamento da Guerra Civil da Síria?

1.2 OBJETIVOS

Segundo Creswell, a declaração do objetivo é a parte mais importante de todo o estudo, e precisa ser apresentada de maneira clara e específica. Além disso, ele ressalta que devido à essa importância, a declaração desse propósito deve ser estabelecida de forma separada de outros aspectos do estudo, sendo estruturada em um tópico exclusivo. Assim, esta pesquisa apresenta, a seguir, o objetivo geral e seus quatro objetivos específicos.

1.2.1 Objetivo Geral

As interferências externas no Regime de Bashar al-Assad vêm contribuindo para o prolongamento da Guerra Civil da Síria? Ao responder esta pergunta, este trabalho encontra o seguinte objetivo geral, conforme descrito a seguir:

Verificar quais são as interferências externas no Regime de Bashar al-Assad, compreendendo suas responsabilidades no prolongamento da Guerra Civil da Síria.

1.2.2 Objetivos Específicos

A fim de viabilizar a consecução do objetivo geral apresentado, foram formulados alguns objetivos específicos a serem alcançados, que balizarão o encadeamento lógico do raciocínio descritivo apresentado neste estudo e que serão elencados em seguida:

a. Descrever a República Árabe da Síria, abordando os principais aspectos históricos, políticos, sociais e religiosos que contribuíram para a formação desse país;

b. Descrever a Guerra na Síria, abordando os atores internos envolvidos no conflito, bem como seus interesses. Como atores internos, considerou-se o próprio governo Sírio e suas forças estatais, os grupos rebeldes contrários ao governo, os grupos extremistas atuantes no território sírio e os curdos;

c. Estudar as interferências externas, regionais e globais, na Guerra da Síria, descrevendo os atores que compõem a frente de oposição ao Presidente Bashar al-Assad. Considerou-se como frente de oposição ao Bashar al-Assad os Estados Unidos América e seus aliados, a Arábia Saudita e a Turquia;

d. Estudar as interferências externas, regionais e globais, na Guerra da Síria, descrevendo os atores aliados ao Governo de Assad, destacando seus interesses no conflito. Considerou-se como frente aliada ao Bashar al-Assad a Rússia, o Irã e o grupo libanês Hezbollah.

1.3 JUSTIFICATIVA DA PESQUISA

Esta seção objetiva discorrer de forma sucinta acerca dos principais tópicos que justificam a relevância deste trabalho. Desta forma, a importância desta proposta de pesquisa está apoiada nos seguintes aspectos:

O estudo da Guerra da Síria é relevante na medida que este conflito é considerado a maior tragédia humanitária do século XXI. As consequências negativas dessa guerra foram assim relatadas: “A guerra se transformou na maior tragédia humanitária deste século. Mais de 400 mil pessoas morreram desde 2011 e cerca de 40% da população síria tornou-se refugiada interna ou externamente” (SASAKI, 2017, p.45).

A principal característica dessa guerra é a presença de inúmeros atores internacionais. Várias potências regionais e globais foram arrastadas para o conflito, criando uma complexa teia de interesses que, em última análise, vem contribuindo para o prolongamento da guerra.

Desse modo, enfatiza-se que o melhor entendimento da guerra e a identificação dos atores responsáveis por paralisar a solução do conflito podem servir de subsídio para uma reestruturação da governança global, visando ao tão esperado estabelecimento da paz.

Em suma, a proposta desta pesquisa é relevante para os estudiosos da guerra e da paz, uma vez que permitirá integrar conhecimentos associados à política, à estratégia, à geopolítica e às relações internacionais, possibilitando o desejado entendimento do problema e, em outra fase, a apresentação de uma possível solução.

2 REFERENCIAL METODOLÓGICO

Nessa seção, será apresentada a metodologia utilizada para desenvolver o trabalho, evidenciando-se os seguintes tópicos considerados: tipo de pesquisa; universo e amostra; coleta de dados; tratamento de dados; e limitações do método.

A presente pesquisa foi qualitativa, uma vez que privilegiou a análise de documentos, livros e de publicações para chegar às conclusões. A fim de atender aos objetivos específicos levantados, buscou-se o maior número possível de fontes.

Seguindo a taxionomia de Vergara (2008), esta pesquisa caracterizou-se como correlacional, explicativa, bibliográfica e documental. Correlacional porque apresentou dois objetivos essenciais para a pesquisa, a Guerra da Síria e as interferências externas nesse conflito, buscando relacionar os pontos de contato entre eles. Explicativa porque esclareceu as relações estabelecidas entre a Guerra e os atores envolvidos. Bibliográfica porque apresentou uma fundamentação teórico-metodológica na investigação dos assuntos disponíveis em livros, manuais, relatórios e artigos de acesso livre ao público em geral. Documental porque utilizou documentos, livros, relatórios e outras fontes.

O universo deste trabalho restringiu-se à República Árabe da Síria, desde a eclosão de sua Guerra Civil, em 2011, até o mês de abril de 2018. A amostra teve como elementos principais a Guerra da Síria propriamente dita e os atores externos que foram arrastados para o conflito, relacionando a participação desses atores com o prolongamento da guerra.

O trabalho de pesquisa bibliográfica foi realizado por meio de consultas às bibliotecas físicas e virtuais da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), da leitura de livros, de periódicos, de artigos publicados sobre o assunto e da consulta a publicações na internet, principalmente nos sítios: periodicos.capes.gov.br; academia.edu; scielo.br; e scholar.google.com.br.

Para o tratamento dos dados foi empregada a análise de conteúdo, descrita como sendo “uma técnica para o tratamento de dados que visa identificar o que está sendo dito a respeito de determinado tema” (VERGARA, 2008). Desta forma, foram identificados os eventos mais importantes da guerra em estudo, assim como os principais atores envolvidos no conflito. Foi usada a grade aberta de análise, na qual foram identificadas as categorias para análise na medida em que foram surgindo, sendo elas reajustadas durante o desenvolvimento da pesquisa, para, enfim, serem

estabelecidas as relações finais. A unidade de análise da pesquisa é o parágrafo, e a análise foi apoiada em procedimentos interpretativos.

O principal óbice encontrado referiu-se à coleta de dados. Apesar de existir uma grande disponibilidade de fontes, os dados e informações acerca do tema são abordados, em sua maioria, de modo superficial e parcial. A continuação desse conflito - caracterizado pelo dinamismo, pela incerteza e pela complexidade - dificulta a análise deste. Vale ressaltar que esse óbice não comprometeu o completo entendimento das relações estabelecidas no estudo. No entanto, mesmo com possíveis limitações, a metodologia escolhida foi acertada e possibilitou alcançar com sucesso o objetivo final desta pesquisa.

3 A REPÚBLICA ÁRABE DA SÍRIA

De acordo com a constituição adotada em 2012, a República Árabe da Síria é uma república unitária. O presidente é o chefe de Estado e o primeiro-ministro é o chefe de Governo. O artigo 8º dessa constituição afirma que o sistema político é baseado no princípio do pluralismo político, cabendo a todos a participação democrática por meio do voto.

O poder legislativo é representado pelo Conselho dos Povos, o órgão responsável pela aprovação de leis, pelas dotações do governo e pelo debate político. No entanto, como resultado da guerra civil instaurada no país, vários governos alternativos foram formados sem eleições populares, incluindo o Governo Provisório da Síria. Esses autodeclarados governos de oposição, em especial o Partido de União Democrática, têm ameaçado a autoridade e a legitimidade do governo de Bashar al-Assad, aumentando o conflito no país.

No entanto, para entender a trajetória do país que culminou em uma guerra civil e na instabilidade do Oriente Médio, se faz necessária uma ambientação sobre a história dessa região. O entendimento da formação da República Árabe da Síria em seus aspectos políticos, sociais e religiosos, permitirá uma análise apurada das atuais intervenções externas no Oriente Médio.

É impossível entender a situação política atual do Oriente Médio sem levar em conta a histórica intervenção das potências ocidentais. Esta ingerência externa nos países da região se acentuou nos últimos cem anos, estimulando conflitos internos e moldando a forma como a sociedade muçulmana enxerga o Ocidente (SOARES, 2016, p. 38).

A história da República Árabe da Síria está vinculada à evolução da civilização. “Devido à sua localização no mediterrâneo, e em função da presença de grandes rios com terras agricultáveis, a posição geográfica da Síria sempre foi importante para a conexão entre as potências ocidentais e seus domínios na Ásia”. (ZAHREDDINE, 2013, p.7).

Grandes impérios se estabeleceram na região, com destaque para o último califado, o Império Otomano (1281 -1922). Os otomanos, povos islâmicos oriundos da Ásia Central e do Oriente Médio, fundaram um vasto império no século XIII. Inicialmente, seus domínios abrangiam territórios no norte da África, no Oriente Médio e na Europa. “O Império Otomano unificou o sistema administrativo, embora fosse muito heterogêneo sob o ponto de vista cultural, étnico e religioso. Durante

sua longa duração, conviveram xiitas, sunitas, cristãos e judeus” (FERNANDES E ANNARUMMA, 2012, p. 169).

Em seu auge, no século XVII, o Império Otomano era multinacional, multilíngue e controlava um vasto território que englobava parte do sudeste da Europa, da Ásia Ocidental, do Cáucaso, do norte de África e do Chifre da África. Nesse período, o império contava com trinta e duas províncias e numerosos estados vassallos, conforme figura abaixo:



Figura Nº 1: Território do Império Otomano em 1680.

Fonte: <http://reinosepovosturcos.blogspot.com.br> - acesso em 15/03/18

A partir do século XIX, o império entrou em decadência. De acordo com Fernandes e Annarumma (2012), no início do século XX, o Império já estava enfraquecido e endividado, passando a ser desejado pelas principais potências europeias. Em 1908, foi descoberto petróleo na região, despertando ainda mais o interesse de outros países ocidentais.

Às vésperas da Primeira Guerra Mundial, boa parte do Oriente Médio integrava o Império Otomano, enquanto outros territórios já se encontravam sob controle britânico e francês. De acordo Zahreddine (2013), após a Primeira Guerra Mundial, em 1920, os franceses receberam da Liga das Nações o Mandato dos atuais Líbano e Síria, enquanto os britânicos se tornaram mandatários da Palestina, Iraque e Transjordânia.

A “Grande Síria” do mandato francês, neste momento histórico, era formada pelos atuais Líbano, Síria e a província Turca de Hatay. É importante salientar que tanto o Líbano quanto a Síria são sociedades marcadas pela presença de minorias étnicas e religiosas importantes, sendo este um elemento fundamental para o entendimento dos problemas que a região vivenciará no início século XXI. Os franceses utilizaram da estratégia “dividir para governar” com o intuito de desarticular movimentos nacionalistas mais robustos que pudessem pôr em risco os projetos da potência mandatária (ZAHREDDINE, 2013, p.8).

A Síria permaneceu sob Mandato Francês do final da primeira Guerra Mundial até o final da Segunda Grande Guerra, quando se tornou independente em 1946, já como uma república parlamentar.



Figura 2: Território da Síria pós independência

Fonte: <https://researchgate.net/figure/Map-of-Syria> - acesso em 14/03/2018

A Síria viveu momentos de turbulência após sua independência, principalmente no período de 1949 a 1971. Golpes militares com o objetivo de tomar o poder abalaram o País nesse período. De 1946 a 1958, a República da Síria foi governada por dez presidentes. Em 1958, Egito e Síria se unem, criando a República Árabe Unida (RAU), governada pelo Presidente Nasser. Com o fim da RAU em 1961, o partido Baath Sírio teve papel fundamental para a transformação política da Síria. Esse partido realizou um golpe de Estado, assumindo o governo da República Árabe da Síria. Segundo Vasconcelos (2017), em 1970, após um golpe

promovido pelo General Hafez al-Assad, a família Assad assume o governo sírio, conduzindo-o com rigor até os dias atuais.

Este breve retrato das sucessões presidenciais na Síria revela a complexidade da composição política no país, sendo que, somente a partir de 1971 o presidente Hafez al Assad cria as condições para controlar mais firmemente as forças armadas e os principais grupos político-confessionais do país. A maior presença das minorias nas Forças Armadas, bem como em cargos políticos e na burocracia síria, criou um grupo altamente fiel ao presidente e à sua família, o que pode ser visto claramente na guerra civil iniciada em 2011 (ZAHREDDINE, 2013, p.9).

De acordo com Vasconcelos (2017), desde a década de 1960, a Síria encontra-se sob estado de emergência, o que significa que as garantias constitucionais que protegem a população permanecem suspensas. Com a ascensão de Bashar al-Assad em julho de 2000, o cenário não mudou, levando a população síria a se levantar contra o governo de Assad em 2011, já no contexto da Primavera Árabe. “Pela primeira vez na história de várias nações árabes, multidões tomaram as ruas e desafiaram seus ditadores, para exigir abertura política, respeito aos direitos humanos e melhores condições de vida em economias estagnadas” (OLIC E CANEPA, 2014, p. 34).

Questões religiosas também fazem parte da história da Síria e do Oriente Médio, sendo a causa de vários conflitos sectários. A maioria da população síria segue a religião islâmica, assim como boa parte do Oriente Médio. “O islamismo, cujos seguidores são conhecidos como islâmicos ou muçulmanos, é uma religião monoteísta baseada nos ensinamentos de Maomé” (SOARES, 2016, p. 42). Segundo Soares (2012), os muçulmanos dividem-se em diversas correntes, sendo as duas principais vertentes: os sunitas (com cerca de 85% da população) e os xiitas (minorias com 15% da população).

A origem da divisão remonta à disputa pela sucessão de Maomé à frente do islã no século VII. Enquanto os sunitas defendiam como guia qualquer muçulmano proeminente, os xiitas acreditavam que apenas os descendentes diretos do profeta poderiam ocupar posição de califas, autoridade máxima na política e na religião (VASCONCELOS, 2017, p.49).

Após a morte de Maomé, eclodiu uma guerra civil entre as duas correntes, sendo vencida pelos sunitas. Segundo Vasconcelos (2017), em 1979, a rivalidade foi reavivada na Revolução Iraniana, que levou os xiitas ao poder. O crescimento político do Irã ameaçou a hegemonia da Arábia Saudita, guardiã da tradição sunita na região. Assim, ao longo da história, o Oriente Médio convive com o antagonismo

entre muçulmanos xiitas e sunitas, transbordando o conflito religioso e alcançando disputas geopolíticas.

Na verdade, a rivalidade é alimentada menos pela imposição de uma vertente religiosa sobre a outra; trata-se mais de uma disputa por poder local e regional. Nessa estratégia, os governantes acabam insuflando o ódio religioso para atingir seus objetivos políticos – seja o controle do poder local, a expansão da influência regional ou a distribuição das riquezas nacionais para o seu grupo de apoio (SOARES, 2016, p.44).

As divergências entre sunitas e xiitas fazem parte da história da Síria. Desde sua independência, os sunitas da Irmandade Muçulmana disputam o poder com os alauítas. “A Irmandade Muçulmana é um movimento social criado por Hassan al Banna, no Egito em 1928, que tinha como fundamento a renovação espiritual e a promoção do Islã enquanto princípio organizador de todas as esferas da vida social” (MITCHELL, 1969, apud MARTINS, 2015, p.19).

Em 1966, um golpe dentro do partido Baath limitou a liderança do partido ao grupo alauíta, afastando a Irmandade Muçulmana do poder. “Os alauítas eram considerados pela opinião tradicional sunita como uma seita herética, e o domínio do aparelho estatal por integrantes da comunidade alauíta impeliu a comunidade sunita a demonstrar insatisfação” (PIRES, 2013, apud MARTINS, 2015, p.20). Assim, herdando divergências religiosas, o conflito iniciado em 2011 “adquiriu contornos sectários, opondo muçulmanos sunitas (maioria da população síria) a alauítas, ramo do islã xiita ao qual pertence Assad” (VASCONCELOS, 2017, p. 50). A complexa distribuição étnico-religiosa dos mais de 21 milhões de sírios ocorre da seguinte maneira: “árabes sunitas (60%); árabes alauítas (12%); curdos sunitas (9%); cristãos grego-ortodoxos (9%); cristãos armênios (4%); árabes drusos (3%); árabes ismaelitas (2%); 1% entre assírios, judeus, turcomenis e circassianos” (MARTINS, 2015, p.21).

Dessa forma, o caráter religioso do conflito arrastou potências regionais para ele, dando-lhe uma nova dimensão. O Irã, país de origem xiita, aliou-se ao Bashar al-Assad, ao passo que a Arábia Saudita, de maioria sunita, se opôs ao governo de Assad. Nesse contexto, segundo Martins (2015), o regime de Assad trata o conflito como uma luta existencial para a sobrevivência da minoria alauíta. Eles veem isso como uma conspiração salafista para recuperar a hegemonia sunita sobre a região.

4 FORÇAS INTERNAS NO CONFLITO

“No início de 2011, uma onda de revoltas varreu vários países do Oriente Médio e do Norte da África. Estava deflagrada a Primavera Árabe” (SOARES, 2016, p. 37). Segundo Vasconcelos (2017), a repressão imposta pelo regime de Assad à essas manifestações populares, somada à precária situação dos direitos humanos, à corrupção governamental e ao elevado desemprego, contribuíram para a eclosão da Guerra Civil na Síria. Inicialmente, a oposição de Assad foi composta por civis e soldados desertores que se organizaram em grupos armados. Em pouco tempo, os rebeldes passaram a lutar contra as forças do governo pelo domínio de territórios, iniciando, assim, a guerra civil no país.

Somente em 2012, as cidades de Damasco e Aleppo, principais cidades sírias, passaram a ser alvo de investidas de insurgentes. Nesse momento, a guerra já havia mudado de perfil. Não se tratava apenas de um conflito pelo governo do país e, sim, uma disputa com contornos sectários, opondo muçulmanos sunitas a alauítas, ramo xiita seguido por Bashar al-Assad.

Nesse contexto, começou a se definir as forças internas da guerra síria. De um lado do conflito estava o Governo Sírio, presidido por Bashar al-Assad. Em oposição ao regime, ainda no âmbito interno, encontravam-se os rebeldes sunitas, com destaque para o Exército Livre da Síria. Permeando essa disputa e igualmente envolvidos no conflito, encontravam-se os grupos radicais islâmicos, como a Frente al-Nusra, braço da rede terrorista da Al Qaeda, o Estado Islâmico e os Curdos, por meio da sua Unidade de Defesa Popular (YPG). “Essa junção de grupos com interesses diversos acaba desviando a causa principal de derrubar o atual ditador Bashar Al-Assad, uma vez que não há uma unidade entre eles” (FURTADO, 2014, p. 3). Assim, as intenções e as posturas diferentes dificultam a união da oposição e a organização de objetivos comuns, permitindo a manutenção de Assad no governo, e a permanência do conflito.

Além das forças internas mergulhadas no conflito, a Guerra da Síria se transformou em um complexo tabuleiro geopolítico, a partir do envolvimento de outros atores regionais e globais. Nesse sentido, formou-se uma frente anti-Assad, composta pelos Estados Unidos da América e seus aliados ocidentais, pela Arábia Saudita e pela Turquia, todos apoiando os rebeldes sunitas contra o Regime de Bashar al-Assad. Constituiu-se, também, uma frente aliada ao Regime de Bashar al-

parte da elite sunita preferem ver Assad no poder diante da possibilidade de ter um país tomado pelo Estado Islâmico ou pela Frente da Conquista do Levante, braço da Al Qaeda. “Assim, o presidente se mantém firme no poder com apoio de parte da população e das Forças Armadas, instituições apegadas ao nacionalismo, ao baathismo e acima de tudo às figuras de Hafez e Bashar al-Assad” (FURTADO, 2014, p. 4).

Ainda de acordo com Furtado (2014), as Forças Armadas da Síria são as principais forças militares do País. Essas forças, compostas pelo exército sírio, pela força aérea, pela marinha e pela força de defesa antiaérea são apoiadas por inúmeras outras forças paramilitares. O governo conta ainda com a Força Nacional de Defesa, guarda nacional organizada especialmente para a guerra, com serviço de caráter voluntário e temporário. Todos esses grupos estão alinhados e fiéis ao governo de Assad que, devido ao efetivo e material que possui, continua com a força necessária para sustentar seu regime.

Por ser uma espécie de batalha móvel envolvendo forças armadas e milícias, com a oposição ocupando sempre os territórios em que o Exército não está instalado, nenhuma parte do território sírio foi poupada, resultando na destruição generalizada de suas cidades, centenas de milhares de mortes, a maioria civis, e um grande número de refugiados e deslocados internos. (FURTADO, 2014, p.4)

Em junho de 2014, foram realizadas eleições para presidência que confirmaram a vitória de Bashar al-Assad. As votações só foram realizadas em locais sob o controle do Exército, portanto, grande parte da população foi impedida de votar. Ademais, o presidente só possuía dois rivais, que foram autorizados pelo próprio Assad para poderem concorrer.

Diante da realidade de não haver uma superioridade militar que permita um dos lados efetivamente vencer o conflito, cada força busca se estabelecer nas regiões estratégicas do país. A retomada da cidade de Aleppo, no final de 2016, foi uma das mais expressivas vitórias militares de Bashar al-Assad no conflito. “A partir dessa vitória o governo Assad passou a controlar a chamada Síria Útil” (VASCONCELOS, 2017, p.49). Essa região compreende um amplo território estratégico a oeste do país, que se inicia na fronteira sul com a Jordânia e termina em Aleppo na região norte, passando por importantes cidades como Damasco, Homs e Hama. Segundo Vasconcelos (2017), a reconquista de Aleppo foi fundamental para Assad pois afastou a possibilidade de a oposição instalar ali a capital de um governo anti-Assad. Vale ressaltar que essa grande operação militar

foi apoiada pelos seus maiores aliados: a Rússia, o Irã e o Hezbollah. A operação combinada contou com bombardeios aéreos russos nos redutos da oposição e com o avanço terrestre de tropas do Exército Sírio, da Guarda Revolucionária do Irã e dos combatentes do Hezbollah. A figura abaixo mostra a ocupação territorial das forças envolvidas no conflito. Percebe-se a manutenção de boa parte do território sob domínio do governo de Bashar al-Assad, com destaque para a região conhecida como “Síria Útil”.

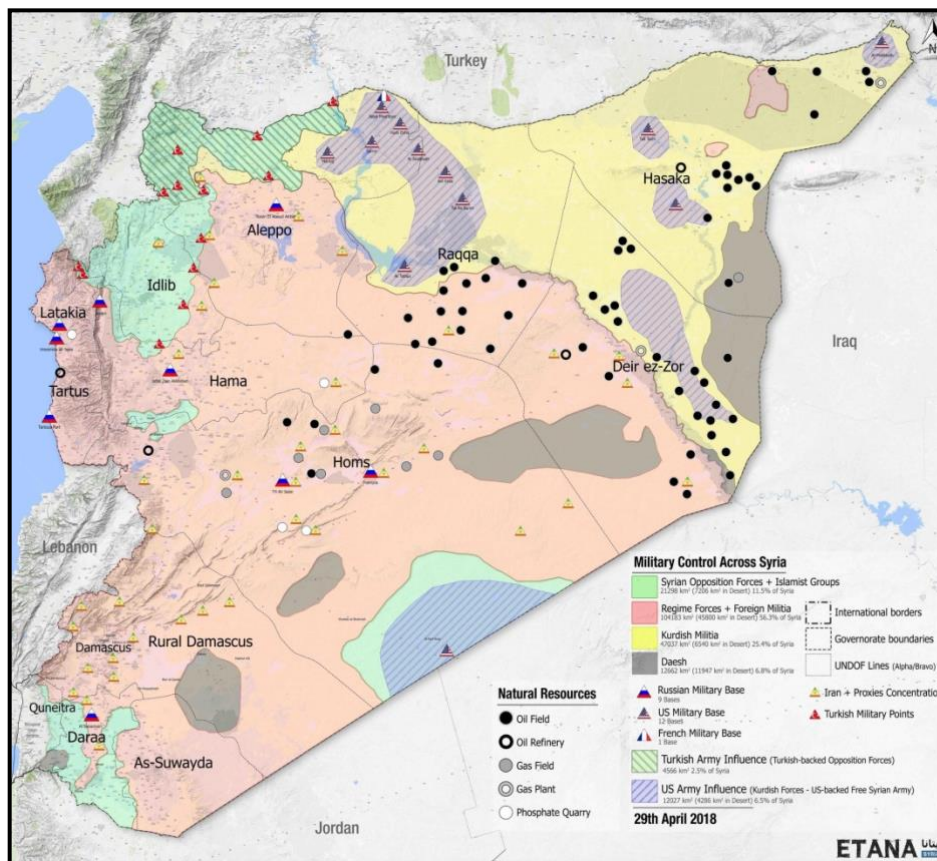


Figura Nº 4: Controle militar sobre a Síria

Fonte: <http://www.etanasyria.org> - acesso em 26/05/18

Além dos confrontos contra os rebeldes, o Governo de Assad permanece enredado em conflito com o grupo terrorista Estado Islâmico e com o grupo da Frente da Conquista do Levante. Esses grupos ainda dominam regiões no centro e ao norte do país e continuam em guerra contra o governo de Assad. A complexidade da guerra síria se dá pelas inevitáveis incoerências nas posturas dos atores. Enquanto os EUA se posicionam contrário ao Governo Sírio, eles colaboram com Assad na medida em que o auxilia no combate ao grupo terrorista Estado Islâmico. Além dos confrontos contra rebeldes e extremistas, o governo de Assad presencia a perda de parte do seu território ao norte para os Curdos. Essas áreas, no entanto,

não são vitais para o controle e o funcionamento do país, levando Assad a evitar confrontos com essa etnia.

É importante ressaltar que a difícil situação do Assad vai além da expressão política e militar, atingindo principalmente a expressão econômica. “Outra implicação interna do confronto diz respeito à economia síria que, em se tratando de meios de produção, se tornou praticamente nula” (FURTADO, 2015, p.5). Ainda de acordo com Furtado (2014), com grande taxa de desemprego, exportações mínimas, deterioração de indústrias e corte de relações econômicas com vários países, o único setor que prosperou em meio ao caos foi o contrabando e o mercado negro, debilitando ainda mais a economia do Estado.

Nesse sentido, mesmo diante da crise econômica e dos infindáveis conflitos entre os inúmeros atores, a tomada de Aleppo em 2016 significou um ponto de inflexão na Guerra Civil da Síria. A vitória do Regime de Assad, consolidando a posse de importantes regiões do país, aliada ao enfraquecimento do Estado Islâmico, fortaleceu sobremaneira o Governo.

4.2 OS GRUPOS REBELDES

Uma das primeiras forças a entrar no conflito foram os grupos rebeldes. Entre os chamados “rebeldes moderados”, que recebem esse nome por não serem adeptos do radicalismo islâmico, a maior expressão é o Exército Livre da Síria (ELS). O ELS foi formado por civis e militares desertores, apresentando-se como uma das principais forças de oposição ao governo de Bashar al-Assad. “A organização contou com o respaldo das potências ocidentais, lideradas pela Europa e EUA. Também recebem apoio da Turquia e da Arábia Saudita, principais inimigos de Assad na região” (SOARES, 2016, p.32). De acordo com Vasconcelos (2017), eles se dividem em dezenas de grupos, com agendas distintas, mas com um objetivo em comum: depor Bashar al-Assad e ocupar o poder.

Em julho de 2011, após o início das revoltas populares, um grupo de oficiais desertores do Exército Sírio estabeleceu o "Exército Livre da Síria" para derrubar o governo de Assad. “Em 29 de julho de 2011, o Coronel Riad al-Asaad e um grupo de oficiais uniformizados anunciaram a formação do Exército Sírio Livre, com os objetivos de proteger os manifestantes desarmados e ajudar a derrubar o regime” (JOSHUA, 2011). O grupo afirma estar lutando para instaurar no país uma nova

liderança mais democrática e voltada para os interesses populares. Em dezembro de 2011, o Exército Livre da Síria se aliou à Coalizão Nacional Síria, o principal grupo de oposição do país.

De acordo com Macfarquhar e Assad (2012), em janeiro de 2012, o Exército Livre da Síria reportou que suas fileiras contavam com 40 000 soldados desertores do regime. Já em abril de 2013, foi estimado que ao menos 140 000 guerrilheiros serviam no chamado Exército Livre da Síria. No entanto, o real número de combatentes no novo exército é difícil de mensurar. Em dezembro de 2012, mais de 260 comandantes rebeldes do Exército Sírio Livre concordaram com uma estrutura unificada de comando do Exército Livre da Síria. Os participantes elegeram um Conselho Militar Supremo de 30 membros, que então selecionou o General Salim Idris como Chefe de Gabinete. Idris foi posteriormente substituído por Abdul-Ilah al-Bashir.

Ainda segundo Macfarquhar e Assad (2012), o líder formal do ELS e seu comandante em chefe era o coronel Riad al-Asaad. No entanto, o líder militar efetivo do exército e chefe de gabinete do Supremo Conselho Militar é o Brigadeiro-General Abdul-Ilah al-Bashir. Sob o General al-Bashir, há cinco vice-chefes de estado-maior encarregados de cinco regiões diferentes da Síria. Abaixo segue a estrutura organizacional política e militar dos rebeldes em 2012.

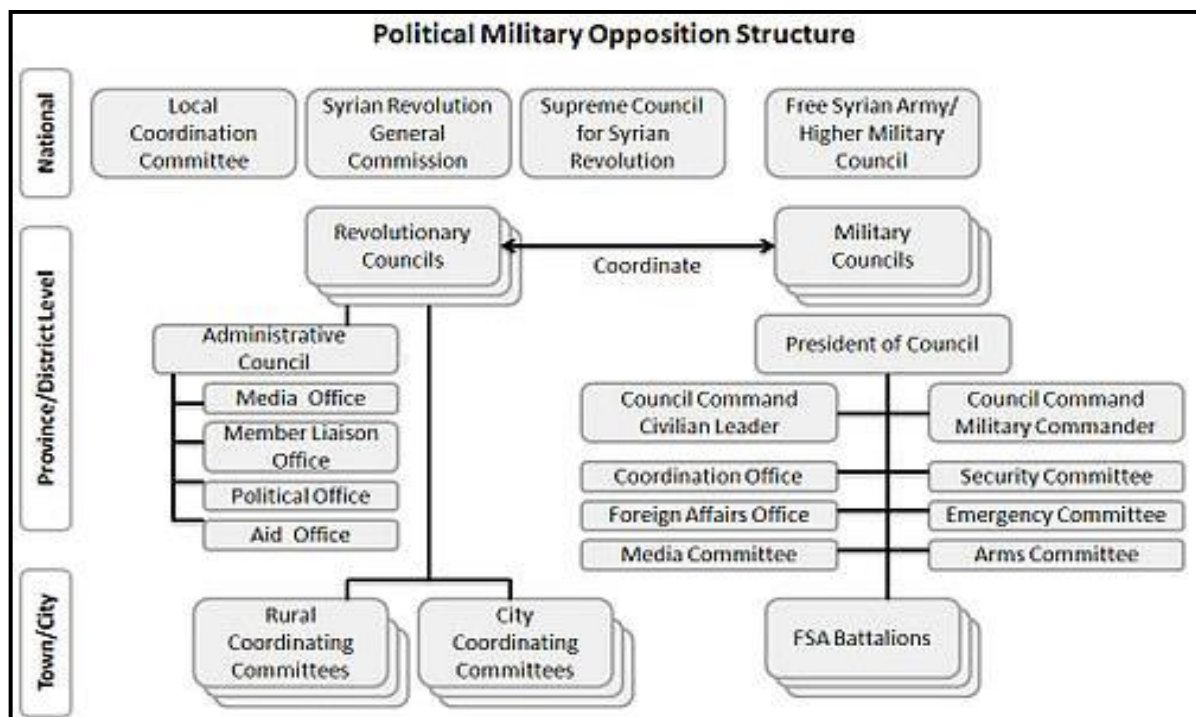


Figura Nº 5: Estrutura política e militar da oposição

Fonte: Holliday, J. (2012), Syria's Maturing Insurgency, Institute for the Study of War

O Exército Livre da Síria perdeu forças a partir de 2013 devido, especialmente, ao crescimento de grupos extremistas islâmicos, que se tornaram a maior força dentro da oposição. “Devido a disputas internas, o ELS se dividiu em múltiplas facções e teria, segundo especialistas, deixado de existir como um grupo coeso de combate, mas que ainda lutam sob a mesma bandeira” (CHULOV, 2013).

De acordo com Dettmer (2013), em 2013 foi reportado uma cisão entre as forças de oposição e milícias islamitas, resultando, inclusive, em alguns combates entre eles.

Em setembro do mesmo ano, algumas de suas brigadas, como a frente Ahrar al Sham, a 19ª Divisão e a milícia Al Tawhid, anunciaram que não mais reconheceriam a Coalizão Nacional como seus representantes, acentuando ainda mais o crescente racha entre as diversas facções do movimento rebelde sírio (DETTMER, 2013).

A instabilidade e a falta de coesão dos movimentos de oposição contribuem para o desaparecimento e surgimento de novos grupos opositores. Nesse sentido, após a intervenção militar turca na Síria em 2016, um grupo informal de árabes e turcomanos apoiados pela Turquia foi estabelecido sob o nome de "Exército Livre da Síria". Essa nova composição do ELS contou com apoio do poder aéreo turco e britânico. “A partir de 2016, recebendo apoio direto da Turquia, as forças do Exército Livre no norte da Síria se reconstruíram e voltaram a ser uma força de combate notável dentro do conflito” (BAREL, 2016).

É importante salientar que essas novas forças rebeldes aliadas à Turquia, são referidas como o "Exército Livre da Síria (Pró-Turquia)" ou Exército Nacional Sírio. “O principal objetivo destas forças rebeldes é assistirem a Turquia em criar uma zona de segurança na fronteira e impedir que as milícias curdas das Forças Democráticas Sírias unifiquem o seu território” (COSKUN, 2016).

Os grupos rebeldes, em especial o ELS, são peças relevantes no complexo xadrez do conflito na Síria. As inúmeras frentes de batalha caracterizam a atuação dos rebeldes. O ELS não só luta contra o Governo de Assad, mas também contra as milícias extremistas, como o autoproclamado Estado Islâmico. Além disso, o ELS (Pró-Turquia) combate as milícias curdas das Forças Democráticas Sírias. Assim, diante dos posicionamentos convergentes aos interesses dos EUA, esses grupos passaram a receber apoio dessa potência e de outros países aliados.

De acordo com Vasconcelos (2017), a administração do Presidente Obama admitiu apoiar militarmente alguns grupos considerados "moderados", lutando sob a

bandeira do Exército Livre da Síria. O ELS recebeu armas, financiamento e outros apoios dos Estados Unidos, Turquia, Reino Unido, Arábia Saudita e outros estados do Golfo. No entanto, a partir de 2017, sob a administração Trump, os Estados Unidos interromperam o apoio ao ELS, enfraquecendo o grupo e, indiretamente favorecendo Bashar al-Assad.

4.3 OS GRUPOS EXTREMISTAS ISLÂMICOS

Além dos “rebeldes moderados”, jihadistas fragmentados em várias facções também se opuseram a Assad. Uma das organizações que mais avançaram nos primeiros anos do conflito foi a Frente al-Nusra. “Posteriormente, a partir de 2013, o grupo terrorista Estado Islâmico (EI) aproveitou-se do vácuo do poder e da situação de caos criados pela guerra civil e avançou de forma brutal” (VASCONCELOS, 2017, p.50). Além de combater as tropas do regime de Assad, os extremistas islâmicos também se opõem aos “rebeldes moderados”, além de lutarem contra a coalizão liderada pelos EUA e contra os Curdos.

O EI é uma organização terrorista, que surgiu com esse nome em 2014, quando seu líder Abu Bakr al-Baghdadi, alto proclamado Califa das terras islâmicas, declarou a criação de um Califado Islâmico nos territórios a Oeste e a Norte do Iraque e a Leste e a Norte da Síria, desrespeitando fronteiras entre os dois países.

Esse grupo terrorista surpreendeu a opinião pública e o mundo com a facilidade com que imprimiu conquistas territoriais ao longo do ano de 2014, vindo a dominar boa parte dos territórios do Iraque e da Síria, sendo que dentro destes estavam suas principais cidades e fontes de recursos financeiros.

O EI também é conhecido como Estado Islâmico do Iraque e da Síria (EIS) ou Estado Islâmico do Iraque e do Levante (EIL), sendo ainda conhecido como ISIS ou ISIL, suas respectivas abreviaturas para os mesmos nomes em inglês.

As autoridades internacionais a fim de não privilegiar o grupo com a designação do nome “Estado” tem preferido utilizar uma denominação usada pelo 1º Ministro britânico, David Cameron, em 2015, *DAESH*, um acrônimo para a nomenclatura do grupo em árabe, *al-Dawla al-Islamiya fil Iraq wa'al Sham*. Porém, Daesh também é um trocadilho que soa parecido com a palavra “*Dahes*”, que significa “aquele que semeia a discórdia”. Ou seja, foi uma forma que os governos ocidentais acharam de negar a qualidade de “Estado” ao grupo e, ao mesmo tempo, insultá-los (FIGUEIREDO, 2017, p. 24).

De acordo com Napoleoni (2016), o EI surgiu no cenário internacional com uma proposta diferente dos demais grupos jihadistas extremistas, pois buscava além da arrecadação de recursos ou divulgação ideológica. O EI buscava a conquista e a manutenção de territórios. Este fato surpreendeu, até mesmo, seus financiadores como a Arábia Saudita e outras monarquias árabes da região.

Segundo Weiss e Hassan (2015), o principal objetivo do EI é se consolidar como um Estado sunita instalado em seu antigo território. Buscando se consolidar como um poderoso Estado teocrático que possa proteger os muçulmanos da influência e interferência das potências ocidentais.

Ainda de acordo com Napoleoni (2016), o EI disseminou, até meados de 2016, por meio de diferentes canais de mídias, uma eficiente mensagem política, que em parte foi considerada positiva pela população sunita do mundo islâmico: o retorno do Califado, um novo período áureo do Islã, longe da influência ocidental, assentado em terras árabes não demarcadas por nenhum tratado ocidental. Esse renascimento do Califado sob o comando de um novo califa, al-Baghdadi, não foi visto como o surgimento de mais um grupo insurgente armado, mas sim de uma organização política capaz de ascender o islamismo no cenário internacional.

O principal aspecto que contribuiu para a ascensão de al-Baghdadi foi a desordem política instaurada nos países árabes decorrente da Primavera Árabe. Essa manifestação de caráter democrático desestabilizou os governos e regimes de quase todos os países do Norte da África e do Oriente Médio, dentre eles o Iraque e a Síria. Al-Baghdadi, aproveitando-se da desordem política, social e econômica, visualizou a possibilidade de criar um Estado que impulsionaria a implementação do Califado Islâmico.

Em 2011, com o início do conflito na Síria, al-Baghdadi enviou um grupo de jihadistas para reconhecer oportunidades neste país. De acordo com Napoleoni (2016), esses jihadistas, liderados por *Abu Mohammed al-Jolani*, agiram como elementos da vanguarda do EI na Síria, buscando informações sobre o conflito e possíveis oportunidades concretas para o fortalecimento da organização.

No início de 2012, fruto da intensificação do conflito sectário entre os alauítas, xiitas e cristãos contra a insurgência sunita síria, os representantes do EI na síria fundaram nesse país a Frente al-Nusra, novo grupo radical. “Esse grupo era liderado por al-Jolani e funcionou como um braço da Al Qaeda na Síria, ao mesmo tempo que representava os interesses de al-Baghdadi” (FIGUEIREDO, 2017, p.34).

Com a expansão das atividades do grupo de al-Jolani na Síria, al-Baghdadi anunciou, em 2013, a fusão do EI com a Frente al-Nusra, formando o Estado Islâmico do Iraque e do Levante (EIL). Porém, apenas dois dias depois, al-Jolani declarou sua fidelidade à ideologia da Al Qaeda, desmembrando essa fusão e reforçando sua lealdade para com seu líder al-Zawahiri.

Este ocorrido gerou uma tensão na região com os dois principais grupos antagonistas ao regime de Assad e que dominavam boa parcela dos territórios entre a Síria e o Iraque, entrando em atrito. Dessa forma, a fim de solucionar esse impasse, o líder da Al Qaeda, al-Zawahiri fez um pronunciamento, em junho de 2013, procurando amenizar a questão entre seus líderes. Enviou, ainda, seu braço direito na organização, al-Suri, para a Síria, a fim de mediar as negociações entre al-Jolani e al-Baghdadi. (FIGUEIREDO, 2017, p. 35).

De acordo com Weiss e Hassan (2105), al-Zawahiri determinou que al-Baghdadi ficasse no Iraque e deixasse que al-Jolani combatesse na Síria. No entanto, al-Baghdadi não acatou tal decisão, afirmando que o líder da Al Qaeda estaria desrespeitando o Califado Islâmico e mantendo as fronteiras estabelecidas pelo Ocidente nas terras de Maomé.

Segundo Figueiredo (2017), em julho de 2013, al-Baghdadi rompeu com a Al Qaeda, fazendo com que a maioria dos combatentes estrangeiros da Frente al-Nusra debandassem para o EI, aumentando o seu poderio militar. A partir desse momento, o EI passou a aglutinar a maioria dos grupos insurgentes sunitas do Iraque e da Síria, fortalecendo-se ainda mais.

No entanto, essa estratégia de cooptar a insurgência sunita não agradou a todos jihadistas, fazendo com que os grupos insurgentes maiores se voltassem contra o EI, provocando uma guerra entre os próprios sunitas. Os grupos sunitas com financiamentos externos intensificaram o combate ao EI, com destaque para a Frente al-Nusra, a Frente dos Revolucionários Sírios, Exército Sírio Livre, *Ahrar al-Sham* e o Exército dos *Mujahedeen*. Em 2014, os insurgentes expulsaram o EI de alguns territórios no interior da Síria. No entanto, devido aos constantes bombardeios do governo sírio contra os rebeldes, esses perderam o poder de combate, favorecendo a retomada de alguns territórios pelo EI.

Em 2014, o EI iniciou uma forte campanha ofensiva de conquista de territórios no interior do Iraque e da Síria, proporcionando o controle de importantes cidades como *Mosul*, *Raqqa* e *Fallujah*, além de importantes fontes de recursos como campos de petróleo, partes do oleoduto e represa de tratamento de água.

Esse sucesso possibilitou a proclamação do Califado em junho de 2014 por al-Baghdadi.

Em meados de 2015, o regime de Bashar al-Assad retomou a ofensiva contra o EI, com destaque para os bombardeios aéreos russos. “A intervenção da Rússia na guerra civil síria foi importante, não somente para dar sobrevida ao regime Assad, mas também para deter os avanços do EI, especialmente nas regiões central e norte do país” (GERGES, 2016). Assim, diante da pressão militar das potências mundiais, o Estado Islâmico perdeu territórios, embora ainda apresentasse um considerado poder de combate.

Em 2017, o EI iniciou sua derrocada após perder a cidade de Raqqa, autoproclamada capital do califado. Neste ano, foi lançado na província de Raqqa uma grande ofensiva militar contra o EI. “Encabeçando a ofensiva, estavam tropas das Forças Democráticas Sírias (majoritariamente composta por curdos), apoiadas por aviões e forças especiais da OTAN” (DAVISON, 2017).

Ainda em 2017, sofrendo pressão dos curdos ao norte, o governo sírio lançou uma nova ofensiva contra o EI na região de Deir Zor, reconquistando quase toda a capital dessa província, incluindo seu principal aeroporto. Assim, pouco a pouco o EI foi se enfraquecendo, sofrendo baixas e deserções, sendo pressionado de volta para a fronteira com o Iraque, a leste do país.

Diante do exposto, observa-se que o EI se caracterizou como o ator central do complexo conflito sírio. Esse ator impulsionou a união de esforços entre opositores, fortalecendo, em última análise, o Governo de Assad. As ações contra o EI foram realizadas não só pelo Governo Sírio e seus aliados, mas pela coalizão liderada pelos EUA, pelos Curdos e pelos rebeldes moderados. Assim, o enfraquecimento do EI abriu espaço para o Governo de Assad retomar seus territórios e se fortalecer como Estado, contrariando os interesses dos EUA e dos grupos rebeldes contrários ao governo. O enfraquecimento do EI também contribuiu para o fortalecimento dos Curdos ao norte do país, o que aumentou a preocupação da Turquia.

4.4 OS CURDOS

Há ainda, o que podemos chamar de uma quarta força envolvida no conflito. Trata-se dos curdos, etnia que habita territórios da Síria, Turquia, Iraque, Irã,

Armênia e Azerbaijão. Esse povo apátrida, com cerca de 30 milhões de pessoas, reivindica a criação de um Estado próprio – o Curdistão. Desde o início do conflito na Síria, a Unidade de Defesa Popular (YPG), milícia formada para defender as regiões habitadas pelos curdos no norte do país, vem combatendo o Estado Islâmico e se fortalecendo na região. A figura abaixo mostra a relação entre os grupos Curdos, a Turquia e o Estado Islâmico.

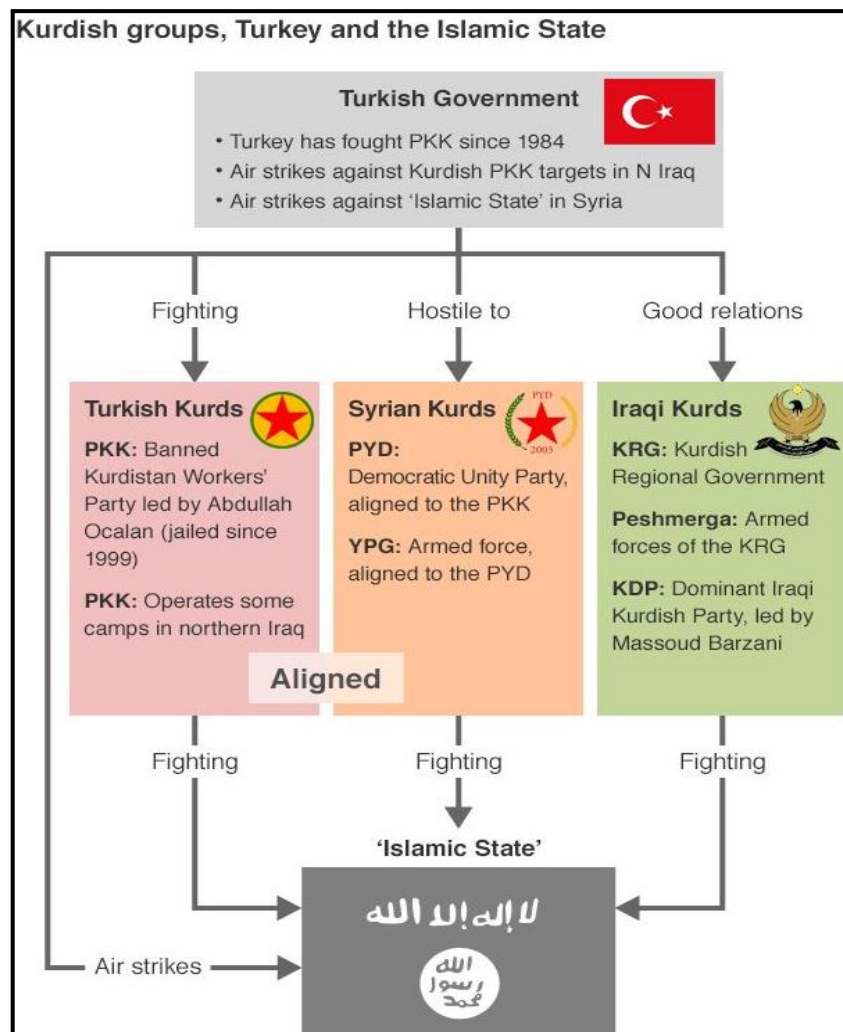


Figura N° 6: Relação entre Curdos, Turquia e Estado Islâmico

Fonte: <http://bbc.com/news/world-middle-east> - acesso em 26/05/18

A YPG foi criada em 2004 como braço armado do Partido Democrático Curdo. Rapidamente essa unidade se expandiu, tornando-se o grupo curdo predominante no conflito sírio. Em 2015, a YPG fundou a Força Democrática Síria.

“A YPG é a principal milícia curda na Síria e a principal componente da Força Democrática Síria. É formada majoritariamente pela etnia curda, mas também por árabes, voluntários estrangeiros e pela milícia assíria” (COOK, 2016). Ainda de

acordo com Cook (2016), a YPG é a força mais efetiva no combate ao Estado Islâmico na Síria, utilizando para isso sua infantaria leve e seus veículos blindados.

“Para o regime de Assad, a YPG tornou-se um ator bastante útil, pois a milícia é uma das principais forças de resistência tanto contra os extremistas do Estado Islâmico como contra os moderados do ELS” (SOARES, 2016, p.34).

De acordo com Soares (2016), essa situação embaralha o jogo das potências, colocando os EUA e Turquia, ambos membros da Otan, em lados antagônicos. Enquanto a YPG é considerada inimiga pela Turquia, uma vez que suas ações fortalecem a presença curda no território turco, ela é apoiada pelos EUA na luta contra o Estado Islâmico. Segundo Balanche (2016), em 2015, a Unidade de Defesa Popular venceu uma grande batalha contra o Estado Islâmico na conquista da cidade de Kobani. Nessa disputa a YPG recebeu apoio aéreo e terrestre dos EUA e de seus aliados. Desde então, a YPG passou a lutar não só contra o Estado Islâmico, mas, também, contra os rebeldes sírios que pretendiam ocupar a região. No mapa abaixo, em amarelo, observa-se a região norte da Síria ocupada pelos Curdos.

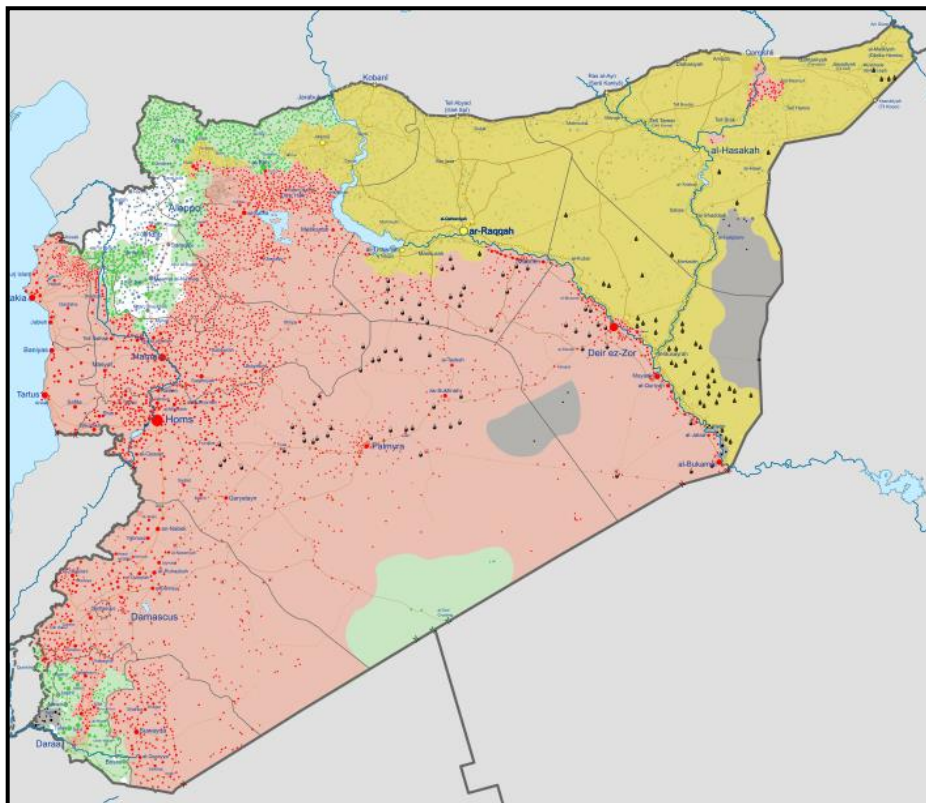


Figura N° 7: Região síria ocupada pelos curdos

Fonte: <https://commons.wikimedia.org/>- acesso em 26/05/2018

Em 2016 a YPG colaborou com as forças de Assad na conquista de Aleppo. “As forças da YPG protegeram o flanco esquerdo da 4ª Brigada Blindada Síria, que avançou para o Sul a partir de Mallah Farms. A YPG também atacou o distrito de Bani Zaid, a Oeste de Sheikh Maqsoud, forçando os rebeldes a se retirarem do local” (BALANCHE, 2016, p.1).

Considerando que a YPG poderia ter permanecido neutra nesta batalha, o grupo indicou claramente a sua preferência através das suas acções, contribuindo para a sua estratégia global de cooperação com a Rússia, a fim de ligar os enclaves curdos de Afrin e Kobani.

No entanto, já em outubro de 2017, o Partido Democrático Curdo e seu braço armado YPG, anunciaram a reconquista da cidade de Raqqa, pondo fim a mais de três anos de ocupação do Estado Islâmico. Essa ofensiva militar curda também contou com o apoio dos EUA, sempre presente em ações contra esse grupo terrorista.

Nesse sentido, os curdos desempenham um papel muito peculiar no conflito da Síria. A YPG torna-se um ator útil para Assad ao combater o Estado Islâmico e os rebeldes do Exército Livre da Síria, apesar de ocupar vasta área ao Norte do país. Para a Turquia, contrária aos curdos, a YPG é vista como uma extensão do Partido dos Trabalhadores Curdos, grupo rebelde que luta por autonomia no território turco desde 1980. De acordo com Balanche (2016), para os EUA, a YPG é uma forte aliada no combate ao Estado Islâmico. No entanto, ao alinhar-se ao regime sírio na conquista de Aleppo, a YPG implicitamente sinalizou ao governo norte-americano que o grupo curdo agirá com base em seus próprios interesses.

Assim, buscando se afirmar como Estado e buscando a legitimidade da posse territorial, os curdos assumem uma agenda própria, alinhando-se conforme sua conveniência.

5 INTERFERÊNCIAS EXTERNAS NO CONFLITO

Além das forças internas envolvidas no conflito, a Guerra da Síria se transformou em um complexo tabuleiro geopolítico, a partir do envolvimento de outras nações. Potências regionais e mundiais foram arrastadas para o conflito. “Posicionam-se contra o regime de Assad os EUA e as potências europeias, além de Turquia, Egito e Arábia Saudita. Já entre a frente de apoio a Assad destacam-se, além da Rússia, o Irã e a milícia xiita libanesa Hezbollah” (SASAKI, p.45, 2017).

Assim, para fins da presente análise, as interferências externas no conflito sírio foram divididas em: frente aliada a Assad e frente de oposição a Assad; ambas frentes contando com países regionais e globais.

No contexto regional, é importante entender o posicionamento dos países relevantes no conflito por meio de uma breve análise histórica.

Os persas tiveram um papel de destaque, seja se contrapondo aos gregos, ou posteriormente, na era islâmica, se rivalizando com os sunitas, devido ao rompimento entre os descendentes do Profeta Maomé e os seguidores de Abu Bakr. Já o Império Turco Otomano controlou durante séculos a ordem regional, agregando em sua zona de controle os povos mais distintos, desde búlgaros, sérvios e gregos, até os árabes da mesopotâmia, do Crescente Fértil, da Península Arábica e do Magreb. No alvorecer do século XX, novos atores regionais surgiram, fruto do processo de descolonização. Após a Primeira Grande Guerra, no prelúdio das independências tardias, algumas unidades políticas já davam sinal de seu protagonismo futuro, sendo que a busca por influenciar de maneira mais decisiva a região sempre foi um aspecto dos Reinos ou Repúblicas nascentes do Oriente Médio (ZAHREDDINE, 2013, p.11).

Assim, é nesse cenário que surgem a Turquia, a Arábia Saudita e a República Islâmica do Irã como atores centrais das disputas regionais. Permeando esses protagonistas, aparecem o Iraque, Israel e o Egito, desempenhando um papel menos relevante na crise Síria. A Arábia Saudita e o Irã, antagonistas conhecidos de muitos anos, reforçam suas oposições ao apoiarem claramente os lados opostos envolvidos no impasse Sírio. Em linhas gerais, esse apoio se dá por meio do envio de material bélico e efetivo militar iraniano ao governo sírio e, por parte da Arábia Saudita, por meio do envio de dinheiro e armamentos à oposição, na tentativa de derrubar o governo. “A disputa por esta importante zona de influência deixa transparecer também o embate xiismo (Irã) versus sunismo (Arábia Saudita), o que confere ao conflito ainda mais violência, em função de seu teor confessional” (ZAHREDDINE, 2013, p.16).

Ainda com relação à disputa regional, tanto o Irã como a Arábia Saudita mantêm alianças com outros atores do Oriente Médio, o que polariza ainda mais o conflito, agravando a violência e a instabilidade na região. A Arábia Saudita potencializa a força de sua atuação a partir das alianças com os países do golfo Pérsico (Conselho de Cooperação do Golfo), enquanto o Irã reforça suas bases com o apoio do Grupo Libanês Hezbollah. Além destes atores, Israel e Turquia também atuam nos bastidores do conflito. Enquanto a Turquia pressiona pela retirada do governo Sírio, e representa o poder da OTAN na fronteira norte daquele país, Israel, por meio do apoio norte-americano, vale-se do conflito sírio para criticar e ameaçar o Irã e seu programa nuclear. Com relação ao Egito - importante ator regional, que, durante as décadas de 1950 e 1960, transformou o equilíbrio de poder na região com o Pan-arabismo - observa-se a mudança de seu direcionamento político após a Guerra dos Seis Dias e a Guerra do Yom Kippur. Atualmente, o país passou a se preocupar muito mais com sua agenda doméstica do que em obter protagonismo regional. Diante disto, o papel desempenhado pelo Egito na crise Síria é bem menos relevante, não sendo objeto de análise nesse trabalho.

Nesse sentido, observa-se que o longo conflito na síria tem representado, em termos regionais, não tanto as legítimas e nobres aspirações do povo da Síria de viver em uma sociedade mais democrática (objetivo principal que desencadeou a revolta), mas, sim, a tentativa de uma coalizão liderada pelos Estados do Golfo para deter a crescente, e aparentemente inexorável, influência iraniana no Oriente Médio. “A moeda dessa batalha regional tem sido a mobilização sectária, enquanto o custo tem sido violência e sofrimento horríveis, bem como a total ruptura da sociedade síria” (FURTADO, 2014, p.5).

Elevando-se a análise das interferências externas para o nível global, observa-se a efetiva presença da Rússia e dos EUA no conflito sírio.

A partir da polarização mundial pós Segunda Grande Guerra, e principalmente após a crise do Canal de Suez, em 1956, dois novos atores mundiais buscaram fortalecer suas influências no Oriente Médio: os Estados Unidos da América e a União Soviética. De acordo com Zahreddine (2013), a Síria, principalmente a partir do governo de Hafez al Assad (1971), manteve uma estreita relação com a União Soviética, em função da própria ideologia do partido Baath (Socialismo Árabe), como também pelas relações pessoais que o presidente sírio mantinha com aquele país. É importante destacar que o Presidente Hafez al Assad

fixou residência na União Soviética por vários anos, como parte de sua formação militar e ideológica, o que também influenciou nas relações entre os dois países. Estas boas relações permitiram um aumento do comércio, de alianças estratégicas militares, da importação de equipamento militar soviético, bem como do apoio político da União Soviética em caso de crises severas, como, por exemplo, na Guerra do Yom Kippur em 1973. Em contrapartida, a União Soviética obteve acesso ao mediterrâneo oriental a partir do Porto de Tartus, mantendo uma importante zona de influência na região.

Ao mesmo tempo, os Estados Unidos reforçaram sua aliança estratégica com Israel, que passou a funcionar como uma posição avançada norte-americana na região. Na década de 1970, os Estados Unidos se aliaram ao Iraque, para se contraporem à revolução iraniana. Já na década de 1990, no contexto da Guerra do Golfo, os Estados Unidos firmaram alianças importantes junto aos governos da Arábia Saudita, do Kuwait e dos Emirados do Golfo Pérsico. Com o fim da Guerra Fria, e o enfraquecimento da Rússia, herdeira do Império Soviético, os Estados Unidos reforçaram sua presença na região, diminuindo paulatinamente as zonas de influência da Federação Russa.

No início do século XXI, notadamente após o ataque terrorista de 11 de setembro, observou-se o aumento da presença militar estadunidense no Oriente Médio. A invasão do Afeganistão e a Segunda Guerra do Golfo evidenciaram isso. Alicerçados no discurso de combate ao terrorismo, os Estados Unidos aumentaram a pressão sobre os principais antagonistas regionais, dentre eles o Irã, a Síria e o grupo Hezbollah no Líbano.

Assim, principalmente após o fim da Guerra Fria, a disputa por influência no Oriente Médio entre os Estados Unidos da América e a Federação Russa tem se acirrado. Nesse contexto, o conflito da Síria vem se caracterizando como o principal teatro desse contencioso, onde a Rússia e os Estados Unidos medem suas forças de forma indireta. “O que está em jogo não é simplesmente a deposição ou não de um Presidente de seu posto, mas sim, compreender os prováveis resultados desta barganha política para o equilíbrio de forças na região e no mundo” (ZAHREDDINE, 2013, p.18).

A seguir, serão analisados os principais atores regionais e globais que exercem influência no conflito da síria. Tais atores foram agrupados em duas frentes: a de oposição ao Bashar al-Assad e a aliada de Bashar al-Assad.

5.1 FRENTE DE OPOSIÇÃO AO BASHAR AL-ASSAD

5.1.1 Estados Unidos da América e Aliados Ocidentais

O papel desempenhado pelos EUA na Guerra da Síria traz reflexos para todos os atores envolvidos. O diagrama de relações norte-americano, onde mostra pontos de contato entre aliados e opositores, define bem o xadrez geopolítico vivido por esse país. Como exemplo, constata-se que, ao mesmo tempo em que ele enfraquece um determinado ator, fortalece um opositor e prejudica um aliado, agravando ainda mais as divergências existentes.

Desde o início da guerra, os EUA, sob a liderança do então presidente Barack Obama, se posicionaram contra o Governo de Bashar al-Assad, procurando, no entanto, manterem uma distância estratégica do conflito. “Ainda que fornecessem armas para grupos anti-Assad na Síria, os norte-americanos não queriam envolver-se diretamente na guerra” (SOARES, 2018, p.40). Assim, tanto os EUA como seus aliados ocidentais procuram evitar uma intervenção militar direta na Síria, temendo a repetição do desfecho ocorrido no Iraque a partir de 2003. Nesse sentido, priorizam a ação indireta com tentativas de impor sanções ao governo sírio por meio do Conselho de Segurança da ONU. Vale ressaltar que essas tentativas são sistematicamente barradas pela Rússia e China, países com poder de veto.

Diante desse cenário, a prioridade dos EUA e de seus aliados ocidentais tem sido derrotar o grupo terrorista Estado Islâmico (EI). Para os EUA, pior que a permanência de Assad no poder é o fortalecimento do EI. Assim, com o objetivo de enfraquecer esse grupo e impedir que ele continuasse conquistando territórios no Oriente Médio, “os EUA passaram a comandar em 2014 uma coalizão formada por 40 países. A estratégia principal da aliança militar foi realizar bombardeios aéreos contra bases do grupo” (VASCONCELOS, 2017, p.52). Observa-se, no entanto, que as derrotas impostas ao EI fortalecem o Governo de Assad, indo na contramão da intenção inicial de remover Assad do poder.

Ainda com relação a uma possível intervenção militar na Síria, “Obama deixou claro que o regime sírio poderia sofrer consequências se ultrapassasse o que chamou de ‘linha vermelha’, referindo-se ao uso de armas químicas e biológicas” (SOARES, 2018, p.41). Em 2013, essa linha vermelha foi rompida no possível ataque realizado com gás sarin em redutos rebeldes em Damasco. Tal ação foi

atribuída ao governo sírio, sendo este responsabilizado pela morte de 1400 pessoas. Como resposta “os EUA estavam prontos para uma ofensiva militar punitiva quando uma ação da diplomacia russa propôs um acordo no qual a Síria destruiria seu estoque de armas químicas” (SOARES, 2018, p.41).

Os episódios de ataques químicos atribuídos ao governo de Assad se repetiram em 2017 e 2018, levando, nessas oportunidades, os norte-americanos a intervirem militarmente na Síria. “Em abril de 2017, os EUA lançaram 59 mísseis contra a Síria, atingindo uma base aérea na cidade de Homs. O ataque destruiu caças, radares e outros equipamentos militares” (SASAKI, 2017, p.44). De acordo com Sasaki (2017), essa foi a primeira ofensiva militar direta dos EUA contra alvos do regime de Bashar al-Assad desde o início da Guerra da Síria, em março de 2011. “O bombardeio foi uma retaliação do presidente norte-americano Trump ao ataque químico que matou pelo menos 80 civis na cidade de Khan Sheikhun, controlada por opositores de Assad” (SASAKI, 2017, p.44).

A última ofensiva, ocorrida em abril de 2018, foi desencadeada pelos EUA, França e Reino Unido como retaliação a um suposto ataque químico que matou mais de 40 pessoas no subúrbio de Damasco. “Os bombardeios atingiram alvos estratégicos como importantes centros de pesquisa, produção e armazenamento de armas químicas em Damasco e Homs” (SOARES, 2018, p.40).

De acordo com Soares (2018), essas ações de Trump não caracterizaram um engajamento completo na guerra da Síria e, sim, ofensivas isoladas. No entanto, esses ataques romperam com a posição relutante dos EUA em intervir na Síria unilateralmente, sem o aval da ONU.

Desde o governo de Barack Obama (2009-2017), os norte-americanos evitaram um envolvimento maior no conflito. Havia um receio de que uma intervenção arrastasse o país para uma permanência prolongada de suas tropas na Síria, similar ao efeito ocorrido no Iraque, entre 2003 e 2010. Por isso, as ações norte-americanas se voltaram mais para o combate ao grupo terrorista EI, que ocupava vasto território na Síria. A permanência ou não de Assad era uma questão secundária (SASAKI, 2017, p.44)

A postura dos EUA com relação ao conflito sírio mudou com a posse de Trump. De acordo com Sasaki (2017), Trump assumiu uma postura mais pragmática, ignorando que o conflito na Síria fosse um assunto de interesse vital para os EUA. No entanto, a pronta resposta norte-americana aos supostos ataques químicos foi uma oportunidade para Trump sinalizar à comunidade internacional que não irá tolerar o uso de armas químicas no conflito.

Dentre outros desfechos, vale ressaltar que essa ação norte-americana abalou a relação entre os EUA e a Rússia. “Ao bombardear bases militares sírias, Trump desferiu um golpe direto contra os interesses de Putin na região. Após o ataque, Putin declarou que a ação foi ilegal” (SASAKI, 2017, p.45). Assim, o episódio agravou a tensão entre os dois países e explicitou as profundas divergências geopolíticas entre EUA e Rússia no Oriente Médio.

Outra ação realizada pelos EUA com reflexos negativos para a aliança pró-Assad foi o anúncio, em maio de 2018, de sua retirada do acordo nuclear com o Irã.

Assinado em 2015, o acordo envolveu o esforço coletivo de outras cinco potências mundiais e restringia o programa atômico do Irã, mantendo o país por uma década longe de obter a bomba. Para Trump, o acordo não impedia o Irã de produzir mísseis balísticos e interferir nos conflitos do Oriente Médio (SASAKI, 2018, p.32).

A decisão do Presidente Donald Trump tem influência direta na disputa geopolítica do Oriente Médio, principalmente naquela entre o Irã e a Arábia Saudita. “Ao romper com o pacto nuclear, Trump consolidou o alinhamento internacional dos EUA com Israel e Arábia Saudita e agora busca conter a projeção do Irã sobre o Oriente Médio, especialmente sua influência no conflito sírio” (SASAKI, 2018, p.32).

Com relação à Turquia e os Curdos, os EUA vêm adotando uma postura um tanto quanto contraditória no contexto do conflito sírio. Como já mencionado nesse trabalho, para os EUA, os Curdos (YPG) são fortes aliados no combate ao Estado Islâmico. No entanto, ao apoiar a YPG, os EUA contrariam os interesses de outro aliado, a Turquia. Assim, de acordo com Balanche (2016), a decisão mais ampla do governo dos EUA, de priorizar a eliminação do Estado Islâmico sobre todos os outros objetivos da guerra na Síria, levanta sérias contestações de alguns aliados.

De fato, mesmo mantendo uma distância estratégica, os EUA desempenham um papel de grande relevância no conflito sírio. Liderando uma coalizão contra o EI e posicionando-se contrário ao Regime de Assad, o país acirra as divergências regionais no Oriente Médio, além de agravar as tensões com a Rússia.

5.1.2 Arábia Saudita

A Arábia Saudita, nação muçulmana de maioria sunita, exerce uma forte oposição ao Regime Sírio. O governo saudita já deixou claro que é de extrema importância retirar Bashar al-Assad do poder para enfraquecer a influência xiita no

O Oriente Médio. O eixo xiita, representado principalmente pelo Irã e pela Síria, defende a expansão de seu modelo de regime islâmico e sua posição anti-imperialista e antiestadunidense.

Nesse contexto, de acordo com Zahreddine (2013), a Arábia Saudita, responsável por uma agenda de ampliação de sua presença em todo o Oriente Médio - seja por meio de seus petrodólares, seja pelo financiamento de madrassas e fundações que reforcem o wahabismo na região -, se contrapõe violentamente aos objetivos da Síria e do Irã.

“A Arábia Saudita busca ainda reforçar sua aliança de caráter pró-ocidente e conservadora com os Estados Unidos da América, opondo-se à presença iraniana na Síria” (ZAHREDDINE, 2013, p. 15).

“A Arábia Saudita, por exemplo, sempre foi receosa com relação à Síria, um país que se define como republicano e é governado pelos alawitas – uma ramificação do xiismo” (VISENTINI E ROBERTO, 2015, p.42). No mais, para Moraes (2015), a Arábia Saudita é, acima de tudo, um país ultraconservador, que dificilmente toleraria uma vitória revolucionária pró-democracia na sua vizinhança.

Nesse contexto, observar o Irã perder o seu maior aliado no Oriente Médio não seria suficiente. “Assim, tão ruim quanto a presença de um opositor xiita, seria um país democrático na região” (MORAES, 2015, p. 90).

Complementando os aspectos externos, segundo Moraes (2015), existe dentro da Síria a Irmandade Muçulmana. Essa organização política sunita surgiu no Egito nas primeiras décadas do século XX, nos moldes do nacionalismo de Nasser. A Irmandade Muçulmana tem ramificações que nunca aceitaram o regime despótico e, muito menos, uma ditadura controlada por uma minoria xiita de cerca de 10% da população. Esta Irmandade foi atacada no início dos anos 1980, em repressão brutal promovida pelas forças de segurança de Damasco, deixando em seus membros o desejo de acerto de contas.

Diante do exposto, observa-se que a Primavera Árabe na Síria, além do descontentamento popular e busca por mais direitos civis e políticos, foi rapidamente envolvida por velhas questões sectárias, por grupos radicais de várias partes do mundo islâmico, por uma renitente crise econômica e, sobretudo, pelo desejo saudita e de países do Golfo Pérsico de realinhar a Síria ao eixo “sunita-wahabita”.

Levando esses fatores em consideração, o conflito passou a sofrer com a interferência de potências externas contrárias a Damasco e Teerã, principalmente a

Arábia Saudita, o Qatar e Emirados Árabes. “Estes passaram a fornecer armas, treinamento e financiamento aos rebeldes contrários ao regime de Assad para que, derrubando-o, tornassem a Primavera Árabe em algo que servisse a seus próprios interesses: o enfraquecimento de um grande aliado ao Irã” (VISENTINI E ROBERTO, 2015, p.82).

Em 2012, mais de 10.000 líbios foram treinados na Jordânia para participar da guerra na Síria, recebendo cerca de mil dólares por mês da Arábia Saudita e do Qatar. O próprio New York Times relatou o envio de engradados com material bélico para os rebeldes, oriundos da firma ucraniana Lugansk Cartridge Works (LCW), que teriam sido compradas originalmente pela Royal Saudi Arabian Land Forces e depois reenviadas à Síria. O mesmo jornal apontou que os armamentos mais letais, entretanto, eram enviados pela Arábia Saudita aos grupos rebeldes mais radicais da Síria. A própria revista estadunidense, Time, apontou a Arábia Saudita e o Qatar como os financiadores internacionais dos rebeldes sírios (VISENTINI e ROBERTO, 2015, p. 84).

De acordo com Moraes (2015), Abdullah, rei da Arábia Saudita, desenvolveu uma política clara de orquestrar a queda de Assad em Damasco como forma de forçar um revés estratégico para o Irã. Portanto, além do financiamento a grupos de oposição sírios armados, as economias autocráticas do Golfo têm acusado o Irã de ajudar o governo sírio a reprimir os opositores do regime.

5.1.3 Turquia

Alçada à condição de grande potência emergente na última década, a Turquia, localizada estrategicamente entre a Europa e a Ásia, se viu diante de grandes desafios internos e externos.

Além dos desafios domésticos, como a tentativa de golpe de Estado sofrida pelo governo em julho de 2016, Erdogan precisou lidar com uma agenda externa conturbada. De acordo com Alberio (2016), o posicionamento turco contrário ao regime de Bashar al-Assad, o rompimento das relações com Israel, o apoio claro aos grupos islâmicos na Síria, a relação complexa com os Estados Unidos e a derrubada de aeronave russa na fronteira são alguns exemplos dos grandes desafios externos vividos pelo governo turco.

As mudanças sucessivas que o Presidente Erdogan deu à sua política contribuíram para a instabilidade turca. “De um modo geral, Erdogan buscou substituir o projeto kemalista que tem regido a Turquia nos últimos noventa anos por outro mais perto de seu passado otomano” (ALBERIO, 2016, p.11). Ainda de acordo

com Albero (2016), embora livre do radicalismo religioso das monarquias do Golfo, observou-se a ampliação do papel do islã na vida pública, o que desagradou boa parcela da população turca.

De acordo com Sasaki (2016), desde 2011, a guerra civil na Síria vem desestabilizando todo o Oriente Médio. Nesse contexto, logo no início, a Turquia foi um dos países a se voltar diretamente contra o governo sírio, ainda que as duas nações cultivassem boas relações no passado. Os turcos passaram a financiar a oposição moderada e até os mais radicais, com o objetivo de derrubar o presidente sírio Bashar al-Assad.

Agravando ainda mais a participação turca no conflito sírio, observou-se que o maior foco de tensão dizia respeito à relação ambígua que o governo manteve com o EI. No decorrer do conflito, o grupo extremista despontou como uma das forças capazes de fazer frente às tropas de Assad. Assim, segundo Sasaki (2016), diante do discurso turco de alinhamento com as potências ocidentais no combate ao fundamentalismo islâmico e da real postura adotada no conflito, Erdogan foi acusado de fazer vistas grossas em relação aos avanços do grupo extremista.

Os interesses da Turquia e do EI também convergiam com relação aos curdos, maior etnia sem Estado no mundo, com cerca de 30 milhões de pessoas. Na Turquia, onde representam cerca de 20% da população, os curdos lutam pela independência do seu território, tendo como principal grupo separatista o Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK).

Na Síria, os curdos locais conquistaram boa dose de autonomia no norte do país, perto da fronteira com a Turquia, onde mantêm relações estreitas com o PKK e defendem seu território contra o avanço do EI. Para a Turquia, a aliança entre os curdos sírios e o PKK representa a principal ameaça ao seu território. Por isso, foi conveniente para Erdogan deixar que o EI fizesse o “trabalho sujo” de lançar ataques aos curdos sírios e ao PKK na região. Mas essa relação acabou se tornando insustentável (SASAKI, 2016, p.61).

Ainda de acordo com Sasaki (2016), a postura turca começou a mudar em julho de 2015, quando a cidade de Suruç foi palco de um atentado do EI, que vitimou 32 pessoas. No mesmo episódio, o PKK matou dois policiais turcos, acusados de colaborar com o ataque jihadista. Assim, diante de ataques do EI em cidades turcas e de assassinatos atribuídos ao PKK, o governo Erdogan mudou sua estratégia. A Turquia passou a atacar abertamente alvos do PKK na Síria, rompendo a trégua com os curdos, além de retomar a colaboração efetiva com a OTAN, no combate ao Estado Islâmico.

Nesse contexto, em agosto de 2016, a Turquia desencadeou a Operação Escudo do Eufrates, desempenhando um papel mais ativo no conflito sírio. Essa operação ofensiva lançada contra posições do EI e contra as Forças Democráticas Sírias, formadas primordialmente por curdos, contribuíram para a reconquista de boa parte do norte de Aleppo pelo Exército Livre da Síria.

“Em resposta aos ataques turcos, em outubro, o país sofreu o maior atentado de sua história, quando uma bomba explodiu próxima à estação de trem de Ancara, deixando 95 mortos e mais de 200 feridos” (SASAKI, 2016, p.61).

Se não bastasse os conflitos bélicos, a Turquia ainda enfrenta o grave problema dos refugiados sírios. Por fazer fronteira com a Síria, a Turquia se tornou o principal destino para os refugiados que fogem daquele país em direção à Europa. Desde o início do conflito, já recebeu mais de 2 milhões de sírios, abrigando em seus campos de refugiados cerca de 400 mil deles.

Assim, “após uma década de prosperidade e relativa paz, a Turquia agora flerta com a instabilidade política, contribuindo para um clima de insegurança regional” (SASAKI, 2016, p.61). As complexas relações estabelecidas pela Turquia no contexto da guerra da Síria têm impactado negativamente na solução do conflito.

5.2 FRENTE ALIADA AO BASHAR AL-ASSAD

5.2.1 Rússia

Com a dissolução da URSS, em 1991, a Rússia perdeu influência geopolítica e viu sua economia deteriorar. Ao assumir o poder em 2000, Vladimir Putin estabeleceu uma estratégia para retomar para o Estado o controle de setores estratégicos, como petróleo e gás, e, principalmente, recuperar a projeção externa. Diante disso, dentre outras medidas, Putin interferiu diretamente no conflito da Síria para fazer valer seus interesses no Oriente Médio e recuperar o protagonismo no cenário mundial.

Assim, não é difícil afirmar que a Rússia é a mais importante aliada do regime sírio. Também não é exagero afirmar que, graças ao Presidente Putin, Assad ainda se mantém no poder. Como exemplo de uma ação direta implementada pela Rússia, vimos que, em setembro de 2015, quando os grupos armados de oposição e jihadistas islâmicos ganhavam terreno e colocavam em risco a sobrevivência do

regime de Damasco, o governo russo iniciou ataques aéreos dirigidos ao território sírio. “Oficialmente, a investida era contra posições do EI, mas as bombas russas tinham como alvo principal os rebeldes moderados anti-Assad, justamente aqueles apoiados pelos EUA e as potências ocidentais” (VASCONCELOS, 2017, p.51). A estratégia foi bem-sucedida, e Assad reconquistou terreno.

De acordo com Vasconcelos (2017), a Rússia é uma aliada histórica da Síria, a quem sempre prestou apoio diplomático e militar. O governo de Bashar al-Assad, assim como o de seu pai, é, há muito tempo, um cliente fiel dos russos, de quem compra armamentos. Em 1967, na Guerra dos Seis Dias, quando uma coalizão de países árabes atacou Israel, a então União Soviética enviou conselheiros militares e milhões em equipamentos aos sírios. Tal apoio não surtiu resultados, uma vez que os israelenses saíram vitoriosos, conquistando parte do território sírio: as Colinas de Golã. “Em troca da ajuda, os russos foram autorizados a implantar uma base naval em Tartus, no litoral sírio. Ainda em operação, trata-se da única instalação militar russa no Mediterrâneo” (VASCONCELOS, 2017, p.51). Esse porto representa o ponto militar mais estratégico da Rússia no Oriente Médio e, portanto, Putin não quer correr o risco de perdê-lo caso Assad seja alijado do poder.

Nesse sentido, desde o início do conflito, além do apoio militar a Assad, a Rússia, como membro permanente do CSNU, vem usando seu poder de veto para impedir a adoção de resoluções contra a Síria. Para Putin, a defesa de Assad significa a manutenção de uma longa aliança com a Síria, que vem desde o período da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

De acordo com Vasconcelos (2016), ao insistir que o fortalecimento de Assad é a única forma de derrotar o Estado Islâmico, Putin trabalha em uma engenharia diplomática bastante complicada; sua estratégia é chegar a um alinhamento das potências mundiais com o regime de Assad para vencer os fundamentalistas. Posteriormente, uma negociação política para a solução da crise síria se tornaria mais viável. Nesse aspecto, “algumas declarações da diplomacia russa sinalizam até que a prioridade não é manter Assad no poder, desde que ele seja substituído por forças políticas que garantam a influência russa na região” (VASCONCELOS, 2016, p.57). No entanto, no momento, a narrativa da diplomacia russa ainda não encontrou eco entre as lideranças ocidentais. Mas é com essa estratégia que Putin pretende resgatar o prestígio internacional da Rússia e conservar seus interesses geopolíticos no Oriente Médio.

Com a descoberta do uso de armas químicas na Síria, em 2013, a rivalidade entre Estados Unidos e Rússia ficou ainda mais evidente diante do alerta norte-americano de possível intervenção. De acordo com Furtado (2014), à época, Vladimir Putin foi enfático ao afirmar que a Rússia reagiria em defesa da Síria caso os EUA iniciassem uma intervenção militar. Essa atitude está ligada à ameaça que uma intervenção norte-americana significaria para os interesses russos no Oriente Médio.

Num sentido mais amplo, a estratégia russa de desenvolver uma multipolaridade nas relações internacionais tem a intenção de diminuir a presença dos EUA nas suas áreas de interesse e, mais além, de diminuir a dominância dos EUA como possível garantidor da estabilidade global (FURTADO, 2014, p.5).

Em 2017, Trump desferiu um golpe direto contra os interesses de Putin na região, ao bombardear bases militares do regime sírio. De acordo com Sasaki (2017), após o ataque, Putin declarou que a ação norte-americana foi ilegal e que a relação Rússia-EUA piorou desde que Trump chegou ao poder. O episódio elevou a tensão entre os dois países e explicitou as profundas divergências geopolíticas entre os EUA e Rússia.

Essas divergências se agravaram em abril de 2018, quando os EUA, em parceria com a França e o Reino Unido, bombardearam centros de produção de armas químicas em Damasco e Homs, na Síria. Esse bombardeio, direcionado ao Governo de Assad, foi uma resposta a um possível ataque químico realizado no subúrbio de Damasco, que matou mais de 40 pessoas. Essa ofensiva contrariou os interesses da Rússia, causando grande apreensão mundial devido à possibilidade de arrastar os dois países para um confronto.

A diplomacia russa negou o uso de armas químicas pela Síria, condenando a ação norte-americana. No entanto, não adotou nenhuma ação retaliatória direta. “Como a ofensiva da coalizão não matou civis, nem atingiu alvos russos na Síria, o episódio não teve desdobramentos que pudessem efetivar um confronto direto” (SASAKI, 2018, p. 41).

O fato é que Assad vem se mantendo firme no poder graças à Rússia, seu principal fiador. A postura russa no CSNU e sua campanha militar realizada a partir de 2015 estão sendo decisivas para que Bashar al-Assad se fortaleça no poder.

“Até agora, os objetivos de Putin parecem estar sendo atingidos. Assad reconquistou terreno no conflito sírio, e a Rússia consegue elevar sua estatura

política nessa crise” (SASAKI, 2017, p.43). Nesse sentido, é claro observar que qualquer ação na Síria - seja uma saída diplomática, seja uma ação militar - não será realizada sem levar em consideração os interesses Russos.

5.2.2 Irã

Entre os países do Oriente Médio, o Irã é o principal aliado de Bashar al-Assad, juntamente com o grupo libanês Hezbollah. De acordo com Vasconcelos (2017), o Hezbollah, financiado pelo regime iraniano, junto com a Síria e o Irã, formam uma aliança política cujos líderes são adeptos do xiismo. Essa aliança, conhecida como o corredor Xiita, opõe-se fortemente aos países “sunitas”.

O conflito da Síria é o grande trunfo do Irã no Oriente Médio, pois lhe permite atuar como um canal para o Hezbollah, além de aumentar o seu potencial de retaliação contra ameaças, principalmente os israelenses e a Arábia Saudita. Além dessa aliança xiita, que visa a degradação das monarquias sunitas, “ao Irã interessa ter um aliado em Damasco que também lhe facilite acesso ao Líbano, base do Hezbollah, e ao Mar Mediterrâneo, local estratégico do ponto de vista comercial e militar” (VASCONCELOS, 2017, p.51). Concordando com Moraes (2015), dentro dessa política iraniana, a Síria funcionaria como uma zona estratégica, permitindo ao Irã projetar sua influência no Oriente Médio. Nesse sentido, observa-se que as relações entre Irã e Síria vem se fortalecendo ao longo da história, conforme afirma Visentini e Roberto (2015):

O desenvolvimento da relação entre a Síria e o Irã pós-revolução de 1979 foi uma resposta aos desafios enfrentados por ambos os países frente ao Iraque, Israel e EUA no Levante e no Golfo Pérsico durante os anos 1980. A aliança surgida entre Damasco e Teerã foi essencialmente defensiva, tendo emergido diretamente como resposta aos atos de agressão do Iraque contra o Irã em 1980 e por Israel contra o Líbano em 1982 (VISENTINI E ROBERTO, 2015, p. 75).

O conflito na Síria extrapolou suas fronteiras e, de forma indireta, tornou-se de caráter regional, onde, de um lado, encontram-se o Irã e seus aliados e, de outro, a Arábia Saudita e as petromonarquias do Golfo. Ambos os lados do conflito seguem disputando a supremacia do Oriente Médio. Nesse sentido, a manutenção do governo de Assad, xiita, tornou-se uma questão chave para o Irã. Para tanto, o Irã carecia de uma sensível melhora em sua economia para manter um apoio expressivo ao Presidente Bashar al-Assad, o que ocorreu após a assinatura do

acordo nuclear entre o Irã e grupo P5+1 (membros permanentes do CSNU mais a Alemanha). “Desde a assinatura do acordo nuclear em 2015, o Irã conseguiu recuperar sua economia, além de permitir seu retorno ao mercado internacional de petróleo, o que desagradou aos competidores sauditas” (SOARES, 2018, p.46). Nesse contexto, o Irã vem fortalecendo sua influência regional, desafiando a hegemonia da Arábia Saudita no Oriente Médio.

Diante do exposto, e analisando os interesses iraniano no conflito, observa-se que “o Irã seria o maior perdedor na hipótese de uma queda definitiva do governo de Assad, sobretudo porque a ascensão de um governo sunita ou pró-Estados Unidos certamente significaria o fim definitivo da aliança entre aqueles países” (MORAES, 2015, p.92). A postura do Presidente iraniano Hassan Rouhani, de apoio irrestrito ao Bashar al-Assad, suscitou uma resposta das potências externas ao conflito na Síria.

Quanto ao posicionamento iraniano, o apoio dado à Síria desde 2011 para sustentar Assad tem se mostrado muito custoso, tanto em termos materiais quanto em termos para sua reputação regional – o regime sírio é visto como ilegítimo pela maioria das populações da região. “Entretanto, o Irã tem consciência de que os custos de perder a Síria seriam ainda maiores: o rompimento do Eixo de Resistência contra os Ocidentais e seus aliados” (VISENTINI E ROBERTO, 2015, p.37).

De acordo com Furtado (2014), soldados iranianos estão lutando diretamente no conflito sírio, ajudando Bashar al-Assad a criar uma força paramilitar que se soma ao exército sírio. “O Irã, Iraque e Líbano gastam bilhões de dólares amparando o governo sírio e oferecendo equipes de elite para trabalhos de inteligência e de treinamento militar” (FURTADO, 2014, p.16). Além do vasto suporte financeiro a Damasco, o Irã continua enviando armas por aviões que cruzam o Iraque – país que atualmente possui um governo pró-xiita. “A ONU estima que o Irã desembolse por volta de 6 bilhões de dólares por ano em ajuda econômica e militar a Assad” (VASCONCELOS, 2017, p.51).

Nesse contexto de ajuda econômica a Assad, o Irã se vê diante de um grande desafio: lidar com a possível volta das sanções econômicas decorrente da retirada dos EUA do acordo nuclear com o Irã, anunciada por Trump em maio de 2018. De acordo com Soares (2018), a salvação do acordo nuclear e, conseqüentemente, da economia iraniana, depende da manutenção de seus negócios com os europeus. “Caso isso não seja possível, o governo do Irã anunciou que voltará a colocar as

centrífugas para funcionar e a enriquecer urânio em níveis acima do estipulado pelo pacto, elevando a tensão nuclear em nível mundial” (SOARES, 2018, p.45).

A Síria também se tornou palco de outra grande disputa regional, a protagonizada entre Israel e o Irã. De acordo com Soares (2018), logo após o anúncio da retirada dos EUA do acordo nuclear com o Irã, Israel bombardeou diversos alvos iranianos na Síria. O governo iraniano respondeu com o lançamento de foguetes contra as Colinas de Golã, território ocupado por forças israelenses. “Foi a maior ofensiva realizada por Israel na Síria desde a Guerra do Yom Kippur, e o episódio marcou o início dos ataques diretos entre iranianos e israelenses, o que pode dar novos contornos à Guerra da Síria” (SOARES, 2018, p.46).

Diante dessa análise, observa-se que o Irã é um ator relevante no conflito sírio, principalmente por confrontar os EUA e as principais potências regionais, como a Arábia Saudita e Israel. Essa República Islâmica, de maioria xiita, utiliza a Síria como principal palco da disputa regional, ampliando, portanto, o caráter doméstico do conflito. Assim, a guerra civil da Síria passa a ter um caráter regional de difícil e complexa solução.

5.2.3 Hezbollah

De acordo com Marton (2016), o Hezbollah é uma organização criada em 1982 no Líbano e que conta atualmente com cerca de setenta mil membros. “É um dos partidos políticos dominantes do Líbano, assim como um movimento social e religioso voltado primária, mas não exclusivamente, à comunidade xiita” (MARTON, 2016, p.25). Criado e mantido pelo Irã, de onde recebe cerca de duzentos milhões de dólares anuais, o “Partido de Deus” conta com dois ministérios e doze assentos no Parlamento, detendo cerca de um terço do poder no Líbano. O Hezbollah conta, ainda, com uma rede de TV, serviços sociais, escolas e hospitais.

No entanto, apesar da legitimidade que goza junto à população xiita no Oriente Médio, é considerado uma organização terrorista pelos Estados Unidos e seus aliados. “Nas palavras do Departamento de Estado americano, é o grupo terrorista mais tecnicamente capaz do mundo” (MARTON, 2016, p.25).

Com relação ao conflito na Síria, o Hezbollah faz parte da frente de apoio ao Presidente sírio Bashar al-Assad. De acordo com Visentini e Roberto (2015), o Hezbollah declarou oficialmente, em 2013, seu apoio militar a Bashar al-Assad,

passando a lutar ao lado do exército nacional sírio. Além da questão religiosa, ambos xiitas, há outra razão para esse alinhamento, conforme afirma Visentini e Roberto: “a razão disto foi o risco de ter suas rotas de suprimento rompidas por um novo regime sunita na Síria, a perda de sua profundidade estratégica e o consequente enfraquecimento de sua capacidade dissuasória frente a Israel” (VISENTINI E ROBERTO, 2015, p.42).

A postura do Hezbollah com relação ao conflito sírio alterou-se à medida que o conflito passou de protestos e repressão para a violência declarada. De acordo com Clark (2018), inicialmente o Hezbollah priorizou demonstrações de apoio ao governo e disseminação de propaganda pró-regime. “O Hezbollah começou a se mobilizar, usando seus canais de mídia árabes, para pedir manifestações massivas em Beirute em apoio ao regime sírio” (CLARK, 2018, p.10). Em um segundo momento, o grupo passou para o envolvimento militar ativo ao lado do governo contra as forças rebeldes. “O grupo afirmava sua ligação à Síria, ao Líbano e à Palestina, à resistência, ao povo, aos árabes, aos muçulmanos e à liberdade, buscando legitimidade em suas ações na Síria” (CLARK, 2018, p.11).

O Hezbollah descreveu o presidente Assad como um baluarte contra uma conspiração trinitária entre EUA, Israel e monarquias sunitas. Nesse sentido, o Hezbollah justificou sua entrada no conflito ao descrever a intervenção ocidental na Síria como um ataque a um interesse nacional pan-árabe e libanês. Assim, de acordo com Clark (2018), um esforço conjunto foi feito para ligar a segurança libanesa à situação na Síria, através de frases como “a segurança do Líbano é a segurança da Síria”.

Isso ressaltou a noção de que outros atores estavam tentando usar o Líbano como um canal ou base para atacar a Síria, ligando ainda mais o conflito aos assuntos libaneses. Ao conectar a guerra na Síria à guerra regional ao Líbano, o Hezbollah construiu uma ideia de que tudo está conectado, de modo que se tornou viável declarar abertamente que talvez o Hezbollah também se sentisse compelido a guerrear se as coisas piorassem na região ao ponto de ameaçar seu destino e sua resistência e de seus aliados (CLARK, 2018, p.11).

Nesse contexto, o Hezbollah começou a planejar abertamente seu envolvimento militar, embora fosse enquadrado como reativo e defensivo. Desde o final de 2011, já classificava a situação como parte de um conflito global, buscando, então, uma coalizão com a Rússia e Irã contra a aliança EUA, Israel e o Ocidente. “De fato, o Hezbollah chegou a enviar uma delegação a Moscou e à China a fim de sustentar essa coalizão. Nota-se seu importante posicionamento na coalizão, em pé

de igualdade com Moscou, Pequim e Teerã contra Washington e Tel Aviv” (CLARK, 2018, p.11).

Em maio de 2013, o Secretário Geral Hasan Nasrallah confirmou publicamente a presença militar do Hezbollah na Síria, justificando a intervenção externa como necessária para proteger o Líbano. Os combatentes do Hezbollah foram empregados na retomada da cidade de al-Qusayr das forças rebeldes. Desde então, os combatentes do Hezbollah foram sendo desdobrados em outras frentes de combate mais distantes. Como auxiliares das forças do regime de Assad, lutaram em Homs, no centro da Síria e na fronteira libanesa, não só contra os rebeldes, mas, também, contra o Estado Islâmico e seus aliados da frente al-Nusra.

Nesse contexto, o Hezbollah se mostrou como um grande aliado de Assad, auxiliando-o a se manter no poder. No entanto, de acordo com Magnier (2018), diante do foratecimento do Regime de Assad, o Hezbollah tem considerado sua missão cumprida na Síria, passando nesse momento, a concentrar suas forças no Líbano. Diante do aumento da possibilidade de conflito com Israel, a liderança do Hezbollah decidiu desdobrar boa parte do seu poder de combate em locais considerados sensíveis à possível agressão israelense.

5.3 ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

A Organização das Nações Unidas (ONU) foi criada em 1945, após a Segunda Guerra Mundial, com o objetivo de solucionar conflitos, garantir a paz e articular uma cooperação internacional para resolver problemas econômicos, sociais e humanitários. Segundo a UN (2018), ela reúne 193 países-membros, o que lhe confere abrangência e legitimidade para realizar convenções, acordos globais e ações coordenadas, como as missões militares de paz.

No entanto, a organização tem sido criticada por não resolver conflitos, como a guerra na Síria e o aumento do número de refugiados. “Uma das principais limitações apontadas é a estrutura engessada e envelhecida de seu mais importante órgão, o Conselho de Segurança” (NOVO SECRETÁRIO QUER MUDAR A ONU, 2018, p.74). De acordo com a UN (2018), o CS é composto por dez membros rotativos e de cinco membros permanentes: EUA; Rússia; França; China; e Reino Unido, sendo os únicos com poder veto. Esse conselho delibera sobre a segurança

mundial, com poder para impor sanções econômicas e intervenções militares em outros países.

Nesse sentido, desde o início do conflito, a ONU tem realizado esforços para solucionar o conflito na Síria.

Ações práticas ocorreram somente em abril de 2012, com uma missão de observação aprovada pela Resolução 2042, depois de uma série de declarações do Conselho de Segurança (CS) para que se pusesse fim à violência e ao desrespeito aos Direitos Humanos. Uma equipe de 30 observadores militares tinha por objetivo monitorar o cessar fogo no país e a retirada de armas das áreas civis (FURTADO, 2014, p.2).

Já em 21 de abril de 2012, por iniciativa da Rússia, foi estabelecida a resolução 2043 do Conselho de Segurança da ONU, criando a UNSMIS – sigla em inglês para Missão de Supervisão das Nações Unidas na Síria.

A UNSMIS foi implementada com a finalidade de monitorar o cessar-fogo entre as forças governistas e de oposição em todas as suas formas e proporcionar a solução do conflito interno baseado em seu plano de intervenção. Aprovada por unanimidade, a resolução supracitada autorizou o envio de 300 observadores militares desarmados, bem como um componente de civis e os meios de transporte aéreos e terrestres necessários ao desenrolar das atividades para fazer valer o chamado plano de “seis pontos” estabelecido pela Organização das Nações Unidas (BORDEAUX, 2014, p.25).

No entanto, de acordo com Furtado (2014), diante de relatórios sobre crimes, assassinatos, torturas e diversas outras violações dos Direitos Humanos, tanto por parte do governo quanto dos rebeldes, com mortes na faixa de 27 mil pessoas, a Organização tentou aprovar outras resoluções, impondo sanções à Síria. “Entretanto, tanto a Rússia como a China, membros permanentes e aliados de Assad, se mostravam impassíveis, utilizando do seu poder de veto para impedir ações mais drásticas” (FURTADO, 2014, p.2). O diplomata argelino Lakhdar Brahimi, mediador da ONU na Síria, propôs um governo de transição com plenos poderes, visando estruturar mudanças políticas no país, não obtendo sucesso.

Em agosto de 2013, uma missão da ONU confirmou o uso de gás sarin em um ataque químico que matou centenas de civis nos arredores de Damasco. “Inspetores da ONU foram enviados ao país e confirmam a veracidade das acusações gerando, então, novas discussões entre os países do Conselho de Segurança sobre uma possível intervenção militar na Síria” (FURTADO, 2014, p.2). Diante disso, a ONU deu início a uma missão em conjunto com a Organização para Proibição de Armas Químicas (OPAQ) para a destruição do arsenal químico informado pela Síria, contornando ameaças americanas e o provável monitoramento

de armas pela Rússia. “Por meio da Resolução 2118, a organização conseguiu implementar a retirada e posterior destruição das armas químicas, além de organizar uma Conferência de Paz com representantes de todas as partes envolvidas” (FURTADO, 2014, p.2).

Se não bastasse o grande desafio imposto pela guerra na Síria, a ONU se vê diante de outro grave problema: o aumento do número de refugiados, decorrente do conflito. Nesse sentido, o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) passou a distribuir ajuda humanitária e auxílio básico à população síria. De acordo com a UN (2018), em 2016, o número de refugiados chegou a 5 milhões de pessoas. Tal número sobrecarregou os países receptores como Líbano, Iraque, Jordânia e Turquia, que passaram a cobrar melhores respostas do ACNUR.

Nesse contexto de ineficiência, o diplomata português António Guterres, que assumiu em 1º de janeiro de 2017 a secretaria-geral da ONU, afirmou que a entidade não tem cumprido seu principal papel, o de evitar guerras e suas consequências. A guerra civil na Síria é um bom exemplo da ineficácia da entidade.

O antagonismo entre os EUA e seus aliados e a Rússia e China tem impedido a ONU de ter um papel mais ativo no conflito. Dentro do Conselho de Segurança (CS), órgão com legitimidade para impor sanções ao governo sírio, medidas contra al-Assad são vetadas por Rússia e China (NOVO SECRETÁRIO QUER MUDAR A ONU, 2018, p.75)

Nesse sentido, várias propostas de reforma do CS estão sendo apresentadas. A estrutura de poder do CS tornou-se distante da realidade e anacrônica, uma vez que potências como o Japão e Alemanha, e países como Brasil e Índia não participam do CS. “As principais propostas para reformar o CS são ampliar o número total de membros, inclusive os permanentes com poder de veto, e definir situações e decisões em que o direito de veto não poderá ser usado” (NOVO SECRETÁRIO QUER MUDAR A ONU, 2018, p.76).

Nesse contexto, observa-se que o atual sistema de governança global se mostra ineficaz diante do complexo jogo de interesses de potências regionais e globais envolvidas no conflito sírio.

6 CONCLUSÃO

A Guerra Civil na Síria apresenta uma dinâmica muito peculiar e com características que a distanciam da maioria das guerras contemporâneas. A multidimensionalidade do conflito o leva para além da realidade tradicional. Os elementos atuais - como a emergência de atores não estatais, os movimentos migratórios, o recrudescimento de rivalidades étnicas e religiosas e os apoios externos regionais e globais - aumentam a complexidade dessa Guerra. A retroalimentação das forças governamentais e oposicionistas por seus respectivos aliados - sejam eles domésticos, regionais ou potências mundiais -, não permite o fim das hostilidades.

A principal característica dessa guerra é a presença de inúmeros atores com interesses divergentes. No âmbito interno, está o Governo Sírio, presidido por Bashar al-Assad. Em oposição ao regime, encontram-se os rebeldes sunitas, com destaque para o Exército Livre da Síria. Permeando essa disputa e igualmente envolvidos no conflito, encontram-se os Curdos e os grupos radicais islâmicos, como o Estado Islâmico. No âmbito externo, existe, de um lado, a frente aliada ao Presidente Assad, composta pela Rússia, Irã e Hezbollah; e, do outro lado, a frente de oposição ao Bashar Al-Assad, composta pelos EUA e seus aliados, Arábia Saudita e a Turquia. Nesse complexo xadrez geopolítico, nenhuma das partes alcança o poder necessário para fazer com que a outra ceda, gerando a estagnação do conflito, a manutenção da violência e o aumento da morte de civis.

Além disso, no âmbito regional, o caráter sectário sobrepujou as aspirações dos oposicionistas sírios de viver em uma sociedade mais democrática (que é como a revolta começou). O conflito, desde o início, se caracteriza pela tentativa da coalizão liderada pela Arábia Saudita em deter a crescente, e aparentemente inexorável, influência iraniana. O resultado dessa batalha regional tem sido a mobilização sectária, o aumento de refugiados e a total ruptura da sociedade síria.

Diante desse cenário, o presente trabalho buscou estudar a dinâmica da Guerra na Síria, trazendo reflexões sobre as interferências externas no conflito e suas contribuições para o prolongamento da guerra. A abordagem integrada, associada à política, à estratégia, à geopolítica e às relações internacionais, possibilitou o desejado entendimento do problema e a conclusão de que as intervenções estrangeiras, que em tese visavam a acabar com o conflito, ao invés disso,

alimentam a guerra, bloqueando todos os caminhos normais para o estabelecimento da paz.

Ao longo do estudo, percebeu-se que a solução de conflitos complexos como o da Síria requer a geração de novas ideias de caráter multidisciplinar que, alinhadas com questões e teorias clássicas associadas ao tema, é o novo desafio dos profissionais da Segurança e Defesa do século XXI.

Com relação ao conflito, constatou-se que qualquer tentativa de resolução tem terminado de maneira frustrada. A Organização das Nações Unidas já se mostrou incapaz de solucionar o problema. As tentativas dos EUA e de seus aliados de imporem sanções ao governo sírio por meio do Conselho de Segurança da ONU foram sistematicamente barradas pela Rússia e China, países com poder de veto. Nesse sentido, diante da paralisia da ONU na solução do conflito, é plausível considerar a reestruturação da governança global, visando ao tão esperado estabelecimento da paz.

Constatou-se ainda que, de acordo com pesquisas acadêmicas sobre guerras civis, a média de duração desse tipo de conflito chega a uma década. Todos os fatores responsáveis por torná-la mais longa estão presentes na Guerra da Síria.

A maioria das guerras civis termina quando um lado é derrotado militarmente, fica sem recursos, ou perde a totalidade do apoio popular. Cerca de um quarto das guerras civis terminam em um acordo de paz, fruto do esgotamento de ambos os lados. No entanto, tal possibilidade se torna remota no conflito sírio, uma vez que quando um dos lados está enfraquecido, ele é sistematicamente apoiado por potências estrangeiras. Assim, as intervenções atrapalham as leis habituais da guerra. As forças que normalmente reduziriam a inércia do conflito estão ausentes, permitindo a continuidade do conflito por muito mais tempo do que o esperado.

Além disso, o apoio estrangeiro não se limita em remover os mecanismos para a paz, mas ele também introduz ferramentas de autorreforço. Sempre que um lado perde território, seus apoiadores reforçam a participação, enviando suprimentos, armamentos, treinamentos e recurso; tudo para evitar a derrota de quem defendem. Na medida em que esse lado se fortalece, os financiadores estrangeiros da oposição também ampliam sua ajuda. Cada investida é um pouco mais forte que a anterior, mantendo o equilíbrio da guerra e afastando a possibilidade da paz.

Essa dinâmica se estabeleceu na Síria desde o início do conflito. No final de 2012, quando os militares sírios sofreram derrotas, o Irã interveio em seu nome. Em

2013, as forças do governo se recuperaram, suscitando o apoio dos Estados do Golfo aos rebeldes. Mais tarde, os Estados Unidos e a Rússia se juntaram à batalha e reforçaram os contendores. Mesmo que mantendo uma distância estratégica, os EUA desempenham um papel de grande relevância no conflito sírio, ao liderar uma coalizão contra o EI e posicionando-se contrário ao Regime de Assad, ao mesmo tempo em que a Rússia se mostra como a maior fiadora do Governo de Assad, agravando as tensões entre essas duas potências.

Outro ponto de destaque nessa análise é o aumento considerado do número de refugiados sírios, impactando a comunidade internacional. Nesse contexto, ressalta-se outra característica do conflito: não há um incentivo de ambos contendores em proteger civis e minimizar atrocidades, uma vez que nenhum dos lados dependem fortemente do apoio popular. Pelo contrário, tanto o governo como a oposição carecem do apoio estrangeiro, relegando a segundo plano o apoio popular. Os combatentes sírios dependem de patrocinadores estrangeiros, e não da população local. Por isso, têm pouco incentivo para protegê-la. Na verdade, essa dinâmica transforma a população local em um problema ao invés de um recurso necessário.

Diante desse cenário, percebe-se que a única maneira para romper o impasse é o fortalecimento de um lado ou a mudança da política de algum contendor. Tal perspectiva se torna remota, uma vez que há a presença de dois dos maiores poderes militares mundiais: a Rússia e os Estados Unidos. Ambos já sinalizaram a intenção de não interferirem decisivamente no conflito e de não mudarem seu posicionamento político. Tanto Putin como o Trump optaram por assumirem uma postura mais pragmática de apoio, não engajando-se decisivamente.

Além disso, tanto o governo sírio quanto os opositores estão debilitados internamente. Os principais líderes sírios pertencem à minoria religiosa alauíta, que compõe uma pequena parte da população do país. Portanto, não goza da maioria do apoio popular. Por outro lado, a oposição se mostra fraca, uma vez que se encontra dividida em muitos grupos. Nesse contexto, a debilidade dos contendores em se manter no poder, no caso de vitória, é outro fator que tende a prolongar a guerra civil e a diminuir a probabilidade de um final pacífico.

Por fim, mesmo diante da crise que assola a Síria e dos infindáveis conflitos entre os inúmeros atores, a tomada de Aleppo em 2016 significou um ponto de inflexão na Guerra Civil. A vitória do Regime de Assad, consolidando a posse de importantes regiões do país, aliada ao enfraquecimento do Estado Islâmico,

fortaleceu sobremaneira o Governo sírio. No entanto, esse sucesso não sinaliza o término do conflito, a rendição dos opositores e o estabelecimento da paz.

Assim, todos estes elementos reforçam ainda mais o impasse na resolução do conflito, que não se dará somente na arena doméstica ou na arena global, mas, sim, por uma sintonia dessas duas esferas.

Nesse sentido, não é possível, em curto prazo, prever o desfecho da guerra, mas, com certeza, qualquer que seja ele, provocará alterações importantes nas relações regionais e sistêmicas no Oriente Médio.

REFERÊNCIAS

- ALBERO, J. L. C. **Los actores externos em la guerra civil confl. Choque de conflictos y de estratégias.** Revista de Estudios em Seguridad Internacional, Vol. 2, No. 2, 2016.
- BALANCHE, F. **Kurdish Forces Bolster Assad in Aleppo.** The Washington Institute, improving the quality of U.S middle East Policy, 2016. Disponível em: <http://www.washingtoninstitute.org>, acesso em 25/05/2018.
- BAREL, Z. **The Free Syrian Army follows orders from Turkey,** 2016, disponível em: <https://www.haaretz.com/middle-east-news>, acesso em 20/05/18.
- BRASIL. Exército. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. **Elaboração de Projetos de Pesquisa na ECEME – Manual.** Rio de Janeiro, RJ, 2012.
- CASTRO, T. C. **Espaços Geográficos.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1994.
- CHULOV, M. **Free Syrian Army threatens blood feud after senior officer killed by jihadists.** Londres: The Guardian, 2013. Disponível em: <https://www.google.co.uk/amp/s/amp.theguardian.com/world/2013/jul/12/free-syrian-army-officer-killed>, acesso em 14/05/18.
- CLARK, M. D. **Understanding the contrasting policies of Hezbollah and Sadrist movement towards the Syrian Civil War.** Discussion Paper. Durham University, HH Sheikh Nasser Al-Sabah Programme, Durham, 2018.
- COOK, S.A. **Who Exactly Are ‘the Kurds’?**, The atlantic, 2016, disponível em: <https://www.theatlantic.com/international/archive/2016/02/kurds-turkey-pkk-ypg/>, acesso em 20/05/2018.
- COSKUN, O. **Turkey-backed rebels could push further south in Syria, Erdogan says.** Reuters. 2016, disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-mideast-crisis-syria-turkey-erdogan/turkey-backed-rebels-could-push-further-south-in-syria-erdogan-says>, acesso em 20/05/18.
- CRESWELL, J. W. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto.** 2. Ed. Porto Alegre, Bookman, 2010.
- DAVISON, J. **U.S.-backed forces push back Islamic State in Raqqa campaign – officials,** 2017, disponível em: <https://www.google.com.br/amp/s/mobile.reuters.com/article/amp>, acesso em 18/05/18.
- DETTMER, J. **Syria's Rebel Rivalry Between Jihadists and FSA.** The Daily Beast, 2013, disponível em: <https://www.thedailybeast.com/syrias-rebel-rivalry-between-jihadists-and-fsa>, acesso em 18/05/18.

DIAS, R. **Relações Internacionais: introdução ao estudo da sociedade internacional global**. São Paulo: Atlas, 2010.

FERNANDES, A. D. R. B. ANNARUMMA, N. BARRETO, W. R. P. **História Moderna e Contemporânea**. Rio de Janeiro: BIBLIX, 2012.

FIGUEIREDO, I. C. S. **O Estado Islâmico como ator no cenário geopolítico atual, realizando ações de terror com objetivos políticos**. 2017, 75 f. Trabalho de Conclusão de Curso, Instituto Meira Mattos, Escola de Comando e Estado Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2017.

FURTADO, G. RODER, H. AGUILAR, S. L. C. **A Guerra Civil síria, o oriente médio e o sistema internacional**, Série Conflitos Internacionais V.1, n. 6, Dezembro, 2014.

GERGES, F. A. **Syria war: Tide turns Assad's way amid ceasefire push**. BBC World Service, 2016, disponível em: <http://www.bbc.com/news/world-middle-east-35562943>, acesso em 14/05/18.

IGLESIAS, M. Á. L. **Síria: guerra, sectarismo y caos. Panorama geopolítico de los conflictos**, Cap III, Instituto Español de Estudios Estratégicos, 2013.

JOSHUA, L. **Free Syrian Army Founded by Seven Officers to Fight the Syrian Army**. Syria Comment, 2011 <https://www.joshualandis.com/blog/free-syrian-army-established-to-fight-the-syrian-army>, disponível em 15/05/18.

JUNIOR, A. M. E. MATOS, M. A. **Introdução às Relações Internacionais**. Palhoça, UnisulVirtual, 2006.

MACFARQUHAR, N. SAAD, H. **Rebel Groups in Syria Make Framework for Military**. The New York Times, 2012. <https://nytimes.com/2012/12/08/world/middleeast/rebel-groups-in-syria-make-framework-for-military.html>, disponível em 15/05/18.

MAGNOLI, D. **O Mundo Contemporâneo**. São Paulo: Atual, 2008.

MAGNOLI, D. **Relações Internacionais, Teoria e História**. São Paulo: Saraiva, 2006.

MAGNIER, J. E. **Hezbollah has accomplished its mission in syria and is preparing to respond to na israeli war on lebanon**, Middle East Politics, 2018. <https://ejmagnier.com/2018/05/01/hezbollah-has-accomplished-its-mission-in-syria-and-is-preparing-to-respond-to-an-israeli-war-on-lebanon>, disponível em 04/10/18.

MARTINS, C. H. S. **A guerra civil da Síria e a contribuição para o fortalecimento da Organização das Nações Unidas (ONU) no novo cenário mundial**. 2015, 49 f, Trabalho de Conclusão de Curso, Instituto Meira Mattos, Escola de Comando e Estado Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2015.

MARTON, F. **Hezbollah: o mais sofisticado**. Dossiê Super Interessante. São Paulo: Abril S.A, Março, 2016.

MORAES, E. C. **Irã x Arábia Saudita: As consequências da rivalidade no Oriente Médio**. 2015, 110 f, Trabalho de Conclusão de Curso, Curso de Relações Internacionais, Universidade do Sul de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

NANCE, M. W. **Defeating ISIS: Who they are, how they fight, what they believe**, 1ª Ed. New York: Skyhorse publishing, Inc, USA, 2016. 506 p. 23 cm.

NAPOLEONI, Loretta. **A Fênix Islamista: o Estado Islâmico e a reconfiguração do Oriente Médio**; tradução Milton Chaves de Almeida. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016. 154 p. 23 cm.

NOVO secretário quer mudar a ONU. **Atualidades**, São Paulo: Abril S.A, Semestral, 2017.

OLIC, N. B. CANEPA, B. **O Oriente Médio: uma região de conflitos e tensões**. São Paulo: Moderna, 2010.

SASAKI, F. **O xadrez geopolítico de Vladimir Putin**. Atualidades, São Paulo: Abril S.A, Semestral, 2017.

SASAKI, F. **Rivalidade Renovada**. Atualidades, São Paulo: Abril S.A, Semestral, 2018.

SMITH, D. **Atlas dos Conflitos Mundiais**. Trad. Carmen Oliveira; Regina Aparecida de Melo Garcia. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2007.

SOARES, C. **Dossiê Estado Islâmico**. Atualidades, São Paulo: Abril S.A, Semestral, 2016.

SOARES, C. **Disputa regional em alta tensão**. Atualidades, São Paulo: Abril S.A, Semestral, 2018.

UNITED NATIONS, 2018. Disponível em: <http://www.un.org/en/index.html>, Acesso em 20/08/2018.

VASCONCELOS, Y. **A volta de Moscou à arena geopolítica**. Atualidades, São Paulo: Abril S.A, Semestral, 2016.

VASCONCELOS, Y. **A Humanidade sob os escombros**. Atualidades, São Paulo: Abril S.A, Semestral, 2017.

VERGARA, S. C. **Métodos de pesquisa em administração**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

VISENTINI, P. F. ROBERTO W. M. **As consequências da crise na Síria para o Irã: impactos para sua estratégia regional e no eixo de resistência**. Brazilian Journal of International Relations, Marília, v. 4, n. 1, p.71-91, Abril 2015. Quadrimestral. Disponível: <www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/bjir/article>, acesso 09/08/18.

WEISS, Michale e HASSAN, Hassan. **Estado Islâmico**: desvendando o exército do terror; tradução Jorge Ritter. São Paulo: Seoman, 2015.

ZAHREDDINE, D. **A crise na Síria (2011 – 2013): uma análise multifatorial**. Revista Conjuntura Austral, vol. 4, nº 20. Porto Alegre, 2013.